

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

ATIVO	N. Expl.	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	N. Expl.	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		865.254.515	970.735.229	CIRCULANTE		145.271.361	138.593.326
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	749.683.908	893.622.112	Fornecedores		3.470.373	-
Bancos		344	1.645	Contas a Pagar		136.025	150.826
Aplicações Financeiras		749.683.564	893.620.467	Obrigações Tributárias	13	4.063.337	1.121.271
Direitos Realizáveis		115.570.607	77.113.117	Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.454.975	977.513
Serviços Prestados a Receber	5	19.370.743	-	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	14	135.692.620	135.923.732
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	3.698.766	15.821.632	Provisões para Contingências Fiscais	9	454.031	419.984
Adiantamento a Funcionários		5.295	6.408				
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	49.162.308	52.544.117	NÃO CIRCULANTE		1.993.027.973	2.003.022.686
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	8	43.175.707	8.630.928	Capital Social		1.539.619.815	1.539.619.815
Outros Créditos		32	32	Reserva Legal		118.079.803	109.142.700
Despesas Antecipadas		157.756	110.000	Reserva de Lucros		335.328.355	354.260.171
NÃO CIRCULANTE		1.273.044.819	1.170.880.783	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.138.299.334	2.141.616.012
Realizável a Longo Prazo		1.272.943.992	1.170.753.399				
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	394.572	4.938.896				
Depósitos Judiciais	9	3.463.977	3.204.204				
Fundo de Investimento em Garantia	10	1.269.085.443	1.162.610.299				
Imobilizado	11	20.289	22.346				
Investimentos	12	80.538	105.038				
TOTAL DO ATIVO		2.138.299.334	2.141.616.012				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Assinado de forma digital
por EDGARD BENOZATTI
NETO:39157788855
Dados: 2025.02.19 18:13:43
-03'00'

EDGARD BENOZATTI NETO
DIRETOR
CPF: 391.577.888-55

Assinado de forma digital por RENATO VIEIRA PITA
NETO:39157788855
Dados: 2025.02.19 17:52:11 -03'00'

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Líquida	16	21.610.201	-
Custo dos Serviços Prestados	16.1	(19.460.926)	-
Lucro (Prejuízo) Bruto		2.149.275	-
Honorários de administradores e salários	17	(3.570.902)	(4.500.378)
Publicação Legal	18	(212.294)	(132.892)
Serviços de terceiros	18	(440.782)	(500.840)
Despesas Gerais e Administrativas		(98.639)	(65.968)
Despesas Tributárias	19	(9.939.970)	(11.545.166)
Depreciação		(2.407)	(319)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(12.115.719)	(16.745.563)
Receitas financeiras		213.425.107	248.382.016
Despesas Financeiras		(41.009)	(54.526)
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		4.910	6.585
Resultado Financeiro, líquido	20	213.389.008	248.334.075
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		201.273.289	231.588.512
Imposto de Renda	21	(16.560.720)	(24.019.337)
Contribuição Social sobre o Lucro	21	(5.970.499)	(8.655.601)
Apuração de Tributos		(22.531.219)	(32.674.938)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		178.742.070	198.913.574
LUCRO LIQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		116,09	129,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EDGARD
BENOZATTI
NETO:39157788855

Assinado de forma digital
por EDGARD BENOZATTI
NETO:39157788855
Dados: 2025.02.19
18:12:34 -03'00'

EDGARD BENOZATTI NETO
DIRETOR
CPF: 391.577.888-55

Assinado de forma digital por
RENATO VIEIRA PITA
DN: c=BRL, o=CF-Brasil, ou=AC OAB,
ou=23270084000189,
ou=VideoConferencia, ou=Assinatura
Tipo A3, ou=ADVOGADO,
cn=RENATO VIEIRA PITA
Dados: 2025.02.18 17:52:27 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2024.005.20399

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>178.742.070</u>	<u>198.913.574</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>178.742.070</u>	<u>198.913.574</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EDGARD
BENOZATTI
NETO:39157788855

EDGARD BENOZATTI NETO
DIRETOR
CPF: 391.577.888-55

Assinado de forma digital
por EDGARD BENOZATTI
NETO:39157788855
Dados: 2025.02.19 18:14:03
-03'00'

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

Assinado de forma digital por RENATO
VIEIRA PITA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC OAB,
ou=23270084000189,
ou=VideoConferencia, ou=Assinatura
Tipo A3, ou=ADVOGADO, cn=RENATO
VIEIRA PITA
Dados: 2025.02.18 17:52:43 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2024.005.20399

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPPDEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		178.742.070	198.913.574
Ajustes por :			
(Receitas)/Despesas financeiras de longo prazo (ref. Investimentos em garantia)	10.1	(125.062.256)	(93.340.875)
(Receitas) financeiras de longo prazo (Recebíveis)	6	(26.171)	(474.498)
Variação monetária ativa de depósitos judiciais		(259.773)	(286.906)
Variação monetária passiva de contingências judiciais		34.048	37.604
Depreciação	11	2.406	319
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO		<u>53.430.324</u>	<u>104.849.218</u>
(Aumento) Redução em Serviços Prestados a Receber		(19.370.743)	-
(Aumento) Redução em Recebíveis	6	16.693.361	23.442.905
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		1.113	1.017
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos		3.381.809	(3.712.478)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas		(47.756)	40.000
(Aumento) Redução em Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	8	(34.544.779)	(8.630.928)
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	10.1	18.587.112	(377.292.626)
Aumento (Redução) em Fornecedores		3.470.373	-
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		(14.801)	(39.099)
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		2.942.066	(682.286)
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		477.462	548.408
		<u>(8.424.783)</u>	<u>(366.325.087)</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>45.005.541</u>	<u>(261.475.869)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Imobilizado	11	(349)	(22.665)
Baixa de Investimentos		<u>24.500</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>24.151</u>	<u>(22.665)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de Capital		-	30.000.000
Pagamento de Dividendos	15	<u>(188.967.896)</u>	<u>(169.456.870)</u>
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>(188.967.896)</u>	<u>(139.456.870)</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(143.938.204)</u>	<u>(400.955.404)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		893.622.112	1.294.577.516
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		749.683.908	893.622.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EDGARD BENOZATTI
NETO:39157788855Assinado de forma digital por
EDGARD BENOZATTI
NETO:39157788855
Dados: 2025.02.19 18:35:11 -03'00'EDGARD BENOZATTI NETO
DIRETOR
CPF: 391.577.888-55Assinado de forma digital por RENATO
VIEIRA PITA
DNI: c=BR, o=CP-Brasil, ou=AC OAB,
ou=2327084000189,
ou=VincConfirrencia, ou=Assinatura
Tipo A3, ou=420056203, cn=RENATO
VIEIRA PITA
Dados: 2025.02.18 17:53:11 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2024.005.20399RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007), pela Lei Federal 13.303/16 e Lei Estadual nº 11.688/04.

A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu art. 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraíndo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração.

Adicionalmente, a Lei Estadual nº 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

2. BASE PARA A PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das S.As nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 7 de fevereiro de 2025, após revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da CPP.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em unidades de Real (R\$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado.

d) Demonstração do Resultado Abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período.

b) Instrumentos Financeiros

Apresentam as seguintes classificações em conformidade ao CPC 48: (i) ativos (ou passivos) financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, “VJR”; (ii) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, “VJORA” e; (iii) custo amortizado, no quadro a seguir:

Descrição	Classificação CPC 48	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	749.683.908	893.622.112
Serviços Prestados a Receber	VJ, Custo Amortizado	19.370.743	-
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	4.093.338	20.760.528
Fundo de Investimentos em Garantia	VJR	1.269.085.443	1.162.610.299
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	Custo Amortizado	43.841.399	8.630.928
Investimentos	Custo Amortizado, VJORA	80.538	105.038
		2.086.155.369	2.085.728.905
Passivos financeiros:			
Contas a Pagar	Custo Amortizado	136.025	150.826
Fornecedores	Custo Amortizado	4.136.065	-
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	135.692.620	135.923.732
		139.964.710	136.074.558

A classificação dos instrumentos financeiros acima demonstrada foi feita com base (i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Nesse sentido, a Companhia gerencia seus ativos financeiros de forma a preservar ou ampliar a sua capacidade de prestação de garantias e apoiar, respeitados os limites legais e normativos para sua atuação, projetos de interesse do Estado de São Paulo. Isto pode significar a opção quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou sua venda em mercado.

b.1) Cessão Recebíveis – Desenvolve SP: Os direitos decorrentes da aquisição dos recebíveis estão registrados pelo valor do principal, incorporando rendimentos auferidos até a data do balanço. O nível de risco desta operação - revisado anualmente - foi determinado fundamentalmente em face das garantias prestadas, caracterizando baixíssimo risco de inadimplência.

b.2) Serviços Prestados a Receber: Representam contas a receber de clientes, as quais são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e, posteriormente, pelo seu custo amortizado, deduzida de eventual estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa. Face à irrelevância do impacto nas respectivas

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

demonstrações contábeis, não foram aplicados ajustes a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é realizada analisando-se a posição dos créditos a receber na data do Balanço Patrimonial, sendo registrada quando houver evidências de possibilidades de ocorrer algum tipo de inadimplência. É registrada na Demonstração do Resultado em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos.

c) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que estimativamente projeta-se um evento de perda, provocando um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, conforme preconizado nas regras estabelecidas no CPC 48.

A Companhia dispõe de elementos os quais configuram não haver indício de perda para seus ativos. Porém, eventuais mudanças abruptas na política monetária, de modo que os títulos públicos ou a Selic incorra em variações muito acima das previsões realizadas, podem trazer marcação a mercado negativa para determinados períodos.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

d) Imobilizado – reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos, como segue: Móveis e utensílios: 10 anos; Máquinas e Equipamentos: 10 anos; Equipamentos de informática: 5 anos.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Apuração do Resultado

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado do período em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A somatória dos tributos correntes e diferidos representa a despesa (ou receita) com imposto de renda e contribuição social.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social se baseia no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes, assim o tributo corrente é aquele a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de tributos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação a períodos anteriores.

Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são, substancialmente, reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada anualmente ao final de cada exercício em função da probabilidade de que lucros futuros tributáveis tenham plenas condições de permitir a referida recuperação.

h) Distribuição de dividendos mínimos e juros sobre capital próprio

Os dividendos devidos aos acionistas são reconhecidos como uma redução no Patrimônio Líquido assim como os juros sobre capital próprio.

i) Receita de contrato com cliente

A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação, a qual a Companhia espera receber pela transferência do serviço contratado ao cliente.

j) Estruturação de projetos

A prestação de serviços de apoio técnico e consultoria relacionados com avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP tem sua receita reconhecida mediante a entrega dos “produtos” previstos nos termos de referência dos contratos, os quais têm a contraprestação definida por fases e produtos.

3.1 PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS APLICADOS PELA PRIMEIRA VEZ EM 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

A implementação do Pronunciamento Técnico, não afetou as informações já anteriormente divulgadas pela Companhia nas demonstrações contábeis, não havendo necessidade de divulgação de informações adicionais.

A Companhia listou todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

3.2 NORMAS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	344	1.645
Aplicações Financeiras	749.683.564	893.620.467
CPP Projetos	710.636.903	848.809.008
BB CDB/RDB (Depósitos a Prazo)	39.046.661	44.811.459
Total	749.683.908	893.622.112

As cotas do fundo de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI.

5. SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER

Os créditos a receber foram constituídos por operações de prestação de serviços. Sua posição na data de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é apresentada abaixo:

<u>descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a Receber por serviços prestados	19.370.743	-

Referem-se aos serviços prestados à Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), os quais estão descritos na Nota Explicativa nº 16, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2023 porque os produtos contratados pela SPI somente passaram a ser entregues pela CPP durante o exercício de 2024.

6. CESSÃO RECEBÍVEIS - DESENVOLVE SP

Em 25 de junho de 2021 foi firmado o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo (empresa que está sob o mesmo controle societário e, portanto, é Parte Relacionada), tendo por objeto a cessão e transferência onerosa, em caráter irrevogável e irretratável, sem qualquer espécie de coobrigação, da totalidade dos Recebíveis, oriundos de Contratos de Financiamentos firmados com determinados Municípios do Estado de São Paulo.

Todos os contratos objetos da cessão apresentam como garantia a possibilidade de execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo. A liquidação financeira ocorreu em 12 de julho de 2021 pelo valor de R\$ 78.824.614, apresentando a seguinte movimentação financeira em 31 de dezembro de 2024:

<u>Carteira de Recebíveis</u>	<u>Saldo 31/12/2023</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>Receitas Financeiras</u>	<u>Transferências Curto/Longo Prazo</u>	<u>Saldo 31/12/2024</u>
Curto Prazo	15.821.632	(17.072.336)	378.975	4.570.495	3.698.766
Longo Prazo	4.938.896	-	26.171	(4.570.495)	394.572
Total da Carteira	20.760.528	(17.072.336)	405.146	-	4.093.338

Não estão descontados os encargos financeiros pro rata incidente sobre as parcelas vincendas no mês seguinte ao do fechamento do balanço, devido à imaterialidade destes valores.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os créditos de impostos e contribuições a recuperar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2024, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2023:

descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL a restituir	20.470.596	14.146.377
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	132.667	-
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	11.096.946	19.877.313
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	16.673.389	17.865.551
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	787.005	653.171
Outros Valores a Recuperar	1.705	1.705
Total	49.162.308	52.544.117

8. GASTOS COM CONTRATOS – SERVIÇOS EM ANDAMENTO

A Companhia passou a prestar apoio na estruturação dos projetos previstos no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP. Para cumprir as obrigações decorrentes desta determinação, a Companhia – até 31/12/2024 – se utilizou de recursos de prestadores de serviços externos assim como de pessoal próprio, a seguir descritos:

- Recursos de contratações externas:

recursos de Contratações externas - execuções contratuais									
Contratações			Saldo em 31/12/2023	Gastos incorridos e baixas por faturamento					Saldo em 31/12/2024
Nome do projeto/Contratado	Data	Valor		jan-set/24	Outubro	Novembro	Dezembro	(-) Fatur. 4º trim/24	
Contrato SPI 01/2023									
PPP Educação – Escolas / BID	14/07/2023	18.485.614	5.545.684	1.756.133	-	3.166.929	-	-	10.468.746
PPP Campos Elíseos / FIPE	01/06/2023	15.500.000	620.000	4.650.000	-	4.361.744	-	-	9.631.744
PPP Campos Elíseos / IAB/SP	01/02/2024	1.950.000	-	1.950.000	-	-	-	-	1.950.000
Serviços Públicos de Loterias / FIPE	01/06/2023	3.400.000	102.000	1.496.000	-	-	698.094	(2.296.094)	-
Túnel Santos-Guarujá / FIPE	07/12/2023	15.190.000	-	12.152.000	-	759.500	-	(12.911.500)	-
Estr. de Ferro - Campos do Jordão / FIPE	24/07/2023	12.976.315	-	2.485.785	1.730.090	699.625	772.652	-	5.688.152
Contrato SPI 09/2023									
Travessias Litorâneas / FIPE	05/12/2023	8.800.000	-	2.250.000	-	-	2.050.000	-	4.300.000
Serviços Hídricos-DAEE / BID				3.028.268	555.190	1.480.506	647.721	-	5.711.685
Parques / BNDES	07/06/2024	5.933.400	-	-	-	-	-	-	-
Desassoreamento / FUNDACE	03/05/2024	9.253.162	-	185.063	-	-	-	-	185.063
(+) Gastos ativados na execução de projetos:			6.267.684	29.953.249	2.285.280	10.468.304	4.168.467	(15.207.594)	37.935.390

Obs.: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas); IAB/SP (Instituto dos Arquitetos do Brasil); BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social); FUNDACE (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia - FUNDACE)

- Recursos de contratações de pessoal próprio (celetistas):

recursos de Contratações de pessoal próprio - execuções contratuais							
Nome do projeto	Saldo em 31/12/2023	Gastos incorridos e baixas por faturamento				(-) Fatur. 4º trim/24	Saldo em 31/12/2024
		jan-set/24	Outubro	Novembro	Dezembro		
Gastos incorridos na execução contratual:							
Contrato SPI 01/2023							
Túnel Submerso Santos-Guarujá	477.080	207.339	80.079	79.936	82.136	(844.434)	82.136
PPP Educação – Adeq/Manut.Escolas	345.860	496.171	58.053	57.951	59.545	-	1.017.580
PPP Campos Elíseos	415.032	595.406	69.664	69.540	71.453	-	1.221.095
Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães	-	144.901	37.932	37.864	38.906	-	259.603
Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ)	306.893	440.271	51.513	51.421	52.836	-	902.934
Serviços Públicos de Loterias	223.196	97.000	37.464	37.397	38.426	(395.057)	38.426
Apoio Técnico: Linhas de Mobilidade – Sistemas Trilhos	139.882	(50.190)	23.479	23.438	24.082	(136.608)	24.083
Apoio Técnico: Novos Lotes de Rodovias Estaduais	139.882	(50.190)	23.479	23.438	24.082	(136.608)	24.083
Apoio Técnico: Empresa Metropolitana de Água e Energia – EMAE	41.504	(14.893)	6.966	6.954	7.145	(40.532)	7.144
Apoio Técnico: SABESP	139.882	(50.190)	23.479	23.438	24.082	(136.608)	24.083
Contrato SPI 09/2023							
Serviços Hídricos do DAEE	57.630	526.861	61.644	61.534	63.228	-	770.897
Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE	39.090	357.363	41.812	41.739	42.886	-	522.890
Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos	-	128.953	26.608	26.560	27.291	-	209.412
PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa	-	-	-	46.863	48.151	-	95.014
Apoio Técnico: Programa de Parcerias para Hab/Desenv. Urbano	19.545	178.681	20.906	20.869	21.443	(240.001)	21.443
Apoio Técnico: Educação – Novas Escolas	17.768	162.436	19.006	18.972	19.494	(218.182)	19.494
(+) Gastos ativados na execução de projetos:	2.363.244	3.169.919	582.084	627.914	645.186	(2.148.030)	5.240.317

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Os valores acima identificados como “Execução contratual” representam a parcela da execução contratual ocorrida a partir: (i) das contratações externas feitas pela Companhia e, (ii) das contratações de pessoal próprio da Companhia, composta por salários e encargos, integrado ao saldo da rubrica “Gastos com contratos – Serviços em Andamento”, com as alocações diretamente aos projetos acima identificados, deduzidos dos custos, quando incorridos por conta dos faturamentos emitidos.

- Total de Recursos aplicados nas contratações externas e de pessoal próprio (celetistas):

recursos de Contratações externas e de pessoal para execução dos projetos de estruturação ativadas	Execução contratual (líquido)						
	Saldo em 31/12/2023	jan-set/24	Julho	Agosto	Setembro	(-) Fatur. 4º trim/24	Saldo em 31/12/2024
total de recursos de contratações externas	6.267.684	29.953.249	2.285.280	10.468.304	4.168.467	(15.207.594)	37.935.390
total de recursos de contratações de pessoal próprio	2.363.244	3.169.919	582.084	627.914	645.186	(2.148.030)	5.240.317
Total geral - Custos de contratos em andamento	8.630.928	33.123.168	2.867.364	11.096.218	4.813.653	(17.355.624)	43.175.707

Os valores identificados na coluna “Execução contratual” do quadro acima representam os totais de recursos alocados pela Companhia (fornecedores externos e de pessoal próprio) na execução dos contratos firmados por esta junto à Secretaria de Parcerias em Investimentos (contratos “SPI 01/2023” e “SPI 09/2023”). Quando somados resultam em R\$ 43.175.707, e equivalem ao saldo total da rubrica “Gastos com Contratos - Serviços em Andamento” na data-base de 31/12/2024, líquido dos custos já efetivamente incorridos, apresentando uma variação total em relação ao saldo de 31/12/2023 equivalente a R\$ 34.544.779 (o custo incorrido durante o exercício de 2024 foi de R\$ 19.460.926).

9. DEPOSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182 movida pela União referente aos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, acrescidos dos respectivos encargos, constituindo garantia mediante depósitos judiciais, realizados em 31 de maio de 2021 no valor total de R\$ 2.512.313, conforme relacionado abaixo:

descrição	Valor - R\$
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842
Total constituído de Depósitos judiciais	2.512.313
Atualização monetária	951.664
Saldo Atualizado em 31/12/2024	3.463.977

Os tributos exigidos pelo fisco federal têm origem em compensações não homologadas de crédito proveniente de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, sendo que, no enfrentamento desta questão a Companhia propôs ação judicial anulatória de créditos tributários visando comprovar que os respectivos tributos já foram quitados.

Os assessores jurídicos da Companhia entendem ser possível a chance de perda da Companhia na respectiva ação judicial em relação aos tributos CSLL e IRPJ. No entanto, classificam como provável a perda quanto aos tributos PIS e COFINS, razão pela qual foi constituída em 2021, a referida estimativa de perda provável, em Provisão para Contingências Fiscais, que em 31 de dezembro de 2024 perfaz o valor total atualizado de R\$ 454.031.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

10. GARANTIAS PRESTADAS

Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas:

10.1 FUNDOS DE INVESTIMENTO EM GARANTIA – GARANTIAS JÁ CONSTITUÍDAS

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, dois fundos de investimento apresentaram movimentação financeira relacionada a garantias dadas pela CPP para operações do Estado de São Paulo. A demonstração desta movimentação está apresentada no quadro abaixo:

Movimentação das garantias aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo e outras operações						
recursos vinculados a garantias de contratos de PPP e outras operações	Ref.	saldo inicial em 31/12/2023	novas garantias empenhadas/ (liberadas)	rendimento	IR fonte	saldo final em 31/12/2024
fundo CPP Projetos:						
PPP Linha 6	10.1.1	462.500.477	-	49.654.620	(7.366.664)	504.788.433
PPP Habitação Lote 1	10.1.2	70.807.235	-	7.601.951	(1.127.810)	77.281.376
contrato Hospital São José dos Campos	10.1.3	42.217.527	-	4.532.526	(672.437)	46.077.616
contrato Hospital Sorocaba	10.1.4	51.595.851	-	5.539.394	(821.813)	56.313.432
contrato Hospital Pérola Byington	10.1.5	60.185.707	-	6.461.611	(958.632)	65.688.686
PPP da RMBS - ônibus + VLT	10.1.6	24.601.580	-	2.641.256	(391.852)	26.850.984
contrato Rodoanel (Norte)	10.1.7	377.599.764	-	40.539.575	(6.014.373)	412.124.966
		1.089.508.141	-	116.970.933	(17.353.581)	1.189.125.493
fundo BB RF CPP LP FIC						
contrato BNDES	10.1.8	73.102.158	-	8.091.323	(1.233.531)	79.959.950
total de recursos vinculados		1.162.610.299	-	125.062.256	(18.587.112)	1.269.085.443
			Garantias		IR fonte	Soma
Efeitos financeiros diretos nas contas da Companhia			-		18.587.112	18.587.112

O primeiro fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor total do fundo, já segregado e contabilizado na rubrica dos investimentos dados em garantia, corresponde a R\$ 1.189.125.493 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.089.508.141 em 31 de dezembro de 2023), tendo sido realizadas formalmente desde então as seguintes segregações:

(10.1.1) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo**, do Contrato de Concessão Patrocinada Nº 015/2013 de dezembro de 2013 da secretaria dos Transportes Metropolitanos.

(10.1.2) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo (PPP da **Habitação**), estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa, conforme Contrato SH Nº 001/2015 de março de 2015. A formalização das garantias constituídas na forma de penhor de cotas de fundo de investimento ocorreu em função das obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Habitação.

(10.1.3, 10.1.4 e 10.1.5) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 5 parcelas mensais da contraprestação pecuniária às concessionárias responsáveis pela construção, operação de serviços “Bata Cinza” e

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

manutenção dos **Complexos Hospitalares** (Lote 01: Hospital Estadual de Sorocaba e Lote 02: Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM), Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A, referente aos contratos de Concessão Administrativa PPP 01/2014 e PPP 02/2014 da Secretaria de Estado da Saúde, datados de setembro de 2014.

(10.1.6) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais de parte da contraprestação à concessionária responsável para prestação de serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal por ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade (PPP do Sistema Integrado Metropolitano – **SIM – da Baixada Santista**), estabelecida no contrato de Concessão Patrocinada, conforme Contrato STM Nº 02/2015, de março de 2015.

(10.1.7) Em 9 de agosto de 2023 o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes de São Paulo – SLT, tendo como Intervenientes-Anuentes: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e Departamento Estadual de Rodagem – DER, assinou o contrato de Concessão Patrocinada com a Rodoanel Norte SPE S.A, para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote **Rodoanel Norte**. Em 30 de novembro de 2023 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interveniente – Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente no valor de R\$ 374.257.769, apresentando saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 412.124.966 (em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 377.599.764).

O segundo fundo existente, denominado BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (CNPJ 11.451.205/0001-00), teve a totalidade das cotas dadas em garantia às obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo nos contratos de financiamento celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e o Estado de São Paulo:

(10.1.8) A formalização desta operação ocorreu por meio de aditivos aos contratos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, aditivos esses assinados em 2022, proporcionando a liberação de outros ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos respectivos contratos de financiamentos.

10.2 GARANTIAS CONSTITUÍDAS SOB OUTRAS MODALIDADES

PPP dos Trens da CPTM:

Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 – Diamante da CPTM, com a CTRENS Companhia de Manutenção. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante aproximado de até R\$ 131,28 milhões (valor corrigido pela inflação de acordo com o índice IPC-FIPE, na data base de novembro de 2009). Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. Em outubro de 2021 foi assinado o Termo de Aditamento Nº 03 do Contrato de Concessão, que transferiu a operação dos trens do presente contrato para a Linha 11 – Coral da CPTM.

Demais Garantias corporativas, constituídas em caráter suplementar àquelas descritas no item 9.1 supra:

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

A companhia se compromete a manter ativos líquidos, exigíveis na hipótese de o Poder Concedente persistir inadimplente nos contratos de PPP firmados, e não recompor as garantias reais, representadas pelos fundos de investimento constituídos para esta finalidade, descritos no item 10.1 supra.

A responsabilidade da companhia, em termos quantitativos, varia conforme proporção assumida nos respectivos contratos de concessão firmados, estando assim distribuídas entre seus signatários:

Linha 6: Até 2 (duas) contraprestações pecuniárias mensais, totalizadas em, aproximadamente, R\$ 206,7 milhões.

10.3 Fundos de Investimento em Garantia – Garantias a Constituir

Os contratos de concessão informados a seguir apresentam a obrigatoriedade de constituição de garantias pela CPP. Estas serão constituídas através do penhor de cotas do Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, denominado “BB CPP Projetos”, da qual a CPP é cotista exclusiva. Esta obrigatoriedade decorre da Companhia Paulista de Parcerias – CPP figurar como parte neste contrato, assumindo responsabilidades como Interveniente Garantidora, na qualidade de fiadora solidária para o cumprimento da obrigação imputável ao Poder Concedente, que é o Estado de São Paulo. Os referidos contratos apresentam os seguintes detalhes pertinentes dentro da atuação da CPP:

(10.3.1) Sistema Rodoviário Lote Litoral Paulista: Em 3 de outubro de 2024 foi assinado o Contrato de Concessão Patrocinada dos Serviços Públicos de Ampliação, Operação, Manutenção e Realização dos Investimentos necessários para a Exploração do Sistema Rodoviário denominado Lote Litoral Paulista. O contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos e a Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo, com a interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. A responsabilidade atribuída à CPP refere-se à constituição de garantia equivalente ao valor de R\$ 185,62 milhões, e ocorrerá após a celebração de Contrato de Penhor entre a Concessionária e a CPP, o qual deverá ocorrer no primeiro semestre de 2025.

(10.3.2) PPP Linha 6: Estima-se ainda que este contrato de concessão (citado na nota explicativa 10.1.1 acima) poderá vir a sofrer complemento de garantia, quando exigido, no valor aproximado de R\$ 110,2 milhões, haja visto o comprometimento previsto em contrato no valor total de R\$ 615,021 milhões.

11 IMOBILIZADO

A movimentação do ativo imobilizado da Companhia no período em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada no quadro abaixo:

descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Custo					
Móveis e Utensílios	15.903	-	-	-	15.903
Equipamentos de Informática	-	-	-	3.349	3.349
Máquinas e Equipamentos	10.340	349	-	(3.349)	7.340
Total Custo de Aquisição	<u>26.243</u>	<u>349</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.592</u>
Depreciação Acumulada					
Móveis e Utensílios	(166)	(1.557)	-	-	(1.723)
Equipamentos de Informática	-	(23)	-	(3.035)	(3.058)
Máquinas e Equipamentos	(3.731)	(826)	-	3.035	(1.522)
Total Depreciação Acumulada	<u>(3.897)</u>	<u>(2.406)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.303)</u>
Líquido	22.346	(2.057)	-	-	20.289

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

12 INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía as seguintes participações:

descrição	Quant. de ações	31/12/2024
Desenvolve SP (ações ordinárias)	20.000	21.538
CPSEC (ações ordinárias)	590	59.000
Total de Investimentos	20.590	80.538

As participações societárias representam percentuais de participação inferiores a 2% do total do capital social das investidas, não havendo o requerimento de reconhecimento de valores relacionados à equivalência patrimonial. Em 28/06/2024 ocorreu redução dos investimentos na CPSEC no valor total de R\$ 24.500.

13 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre folha de pagamento	335.987	262.228
PIS a recolher	451.474	119.710
COFINS a recolher	2.259.170	736.677
IRRF sobre PJ a recolher e outras retenções	337	2.656
ISS a Recolher	1.016.369	-
Total	4.063.337	1.121.271

A contribuição ao PIS é calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS, à alíquota de 4%, incidentes sobre uma base de cálculo constituída sobre as receitas financeiras auferidas mensalmente, conforme estabelece o Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015 (com redação reprimada pelo Decreto nº 11.374, de 1º de janeiro de 2023). Entretanto, quando incorrerem outros fatos geradores, aplicam-se sobre estes, respectivamente, alíquotas de 1,65% e 7,6%, segundo a legislação vigente.

O Imposto sobre Serviços (ISS), devido à Prefeitura Municipal de São Paulo, é calculado aplicando-se a alíquota de 5% sobre a base de cálculo equivalente ao faturamento mensal por serviços prestados.

14 JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O saldo de juros sobre o capital próprio a pagar em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 135.692.620 resultante da movimentação ocorrida, como segue:

descrição	valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	135.923.732
Obrigações constituídas no período	135.692.620
Pagamentos efetuados no período	(135.923.732)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	135.692.620

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

a) Capital Social, participação acionária e Capital Autorizado.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.539.619.815,19, em moeda corrente nacional, equivalente a 1.539.619.815 ações ordinárias nominativas, sendo o Estado de São Paulo detentor de cem por cento dessas ações ordinárias nominativas. Ocorreu aumento de capital em dinheiro na data de 13 de dezembro de 2023, integralizado pelo seu único acionista, o Estado de São Paulo, no valor de R\$ 30.000.000,00, com aumento de 30.000.000 ações ordinárias nominativas. O capital autorizado é de R\$ 2.263.840.482,00, conforme previsão estatutária.

b) Reserva Legal

Representada pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido apurado no encerramento do exercício corrente, antes de qualquer outra destinação, conforme preceitua o Art. 193 da Lei 6.404/76.

c) Reserva de Lucros

São reservas constituídas pela apropriação dos lucros da Companhia na forma prevista pelo § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76 para atender às finalidades e deliberações da Companhia.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação. Registre-se dessa forma que referida reserva de lucros está destinada para, substancialmente, atender às demandas da Companhia, em especial a prestação de garantias.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias – CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM N° 683/2012, sempre mantendo a disposição do acionista o saldo restante, como uma obrigação presente, a qual se liquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte, observando-se também, neste contexto, a parcela financeiramente realizada do lucro apurado.

Todavia, foram decididos por assembleias realizadas em: (i) 26 de abril de 2023, a distribuição total de R\$ 169.456.870,60, de competência do exercício de 2022 equivalente a Juros sobre Capital Próprio de R\$ 125.117.851,88 e dividendos de R\$ 44.339.018,72 e; (ii) 26 de abril de 2024, a distribuição total de R\$ 188.967.896,00, de competência do exercício de 2023, equivalente a Juros sobre Capital Próprio de R\$ 135.923.732,26 e dividendos de R\$ 53.044.163,74.

O valor de obrigação gerada para pagamento a título de Juros sobre Capital Próprio em 31 de dezembro de 2024, conforme citado na Nota Explicativa n° 14, é de R\$ 135.692.620.

16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de contrato com cliente

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

O cumprimento de obrigações assumidas pela Companhia perante a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (SPI) conforme contratos firmados em 19/05/2023 e 29/11/2023 (respectivamente “SPI n° 001/2023” e “SPI n° 009/2023”) decorrem da necessidade do cumprimento do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP pelo governo do Estado de São Paulo. Estas obrigações de performance, conforme previsto em cláusula contratual, serão satisfeitas somente após a entrega de relatórios de modelagem econômico-financeira e outros produtos contratados, razão pela qual se classificam como *Obrigações de performance satisfeitas em um ponto no tempo*. Conseqüentemente, as receitas decorrentes da execução deste contrato serão reconhecidas quando aceitos pela SPI os produtos contratados entregues pela Companhia.

Até 31 de dezembro de 2024 as receitas decorrentes das prestações de serviços e de outras receitas previstas em contrato, conciliadas com a demonstração de resultados correspondente, deduzidas dos tributos incidentes, foram as seguintes:

conciliação Receita Bruta com tributos	total
Receita Bruta de Venda de Serviços	25.201.251
ISS	(1.260.063)
PIS	(415.798)
Cofins	(1.915.189)
(-) tributos sobre as receitas de serviços (PIS, Cofins e ISS)	(3.591.050)
Receita líquida de serviços	21.610.201

16.1 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em conexão às informações prestadas na nota explicativa n° 8, os custos diretamente relacionados ao auferimento das receitas de serviços prestados montam em R\$ 19.460.926, apresentando a seguinte composição até 31 de dezembro de 2024:

composição dos custos dos serviços prestados	totais
Pessoal e Encargos sociais	3.675.332
Prestadores de serviços externos	15.785.594
Custo dos serviços prestados	19.460.926

16.2 NOVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 27/12/2024 foi firmado novo contrato com a SPI (“SPI-CPP 01/2024”), pelo valor total estimado de R\$ 117.820.542,90, com prazo estimado para execução de 36 meses, para a prestação de serviços especializados para apoio e elaboração de estudos técnicos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e a modelagem recomendada para a estruturação dos seguintes projetos de parcerias integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo: Trem Intercidades (TIC) Eixo Leste, TIC Eixo Sul, VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) Campinas, e VLT Sorocaba, além de prestação de apoio técnico ao “Programa Integra Resíduos”.

Até data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis não houve reconhecimento de receita por serviços prestados, porque não ocorreu nenhuma entrega de produto contratado pela SPI.

17 HONORÁRIOS DE ADMINISTRADORES E SALÁRIOS

As despesas relacionadas a pessoal estão assim distribuídas em 31 de dezembro de 2024, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2023:

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal-Chave da Administração		
Honorários de diretoria	1.386.564	1.337.078
Bônus prêmio eventual - diretoria	592.361	394.908
Honorários de conselho de administração	664.001	608.871
Encargos sociais proporcionais	686.899	606.730
Honorários do Pessoal Chave da Administração	3.329.825	2.947.587
Honorários de conselho fiscal e encargos sociais	434.398	416.253
Empregados celetistas e encargos sociais	5.834.020	3.079.694
Despesas com prestadores de serviços (benefícios)	525.063	420.088
Demais rubricas de despesas com pessoal	6.793.481	3.916.035
Alocações para Gastos com Contratos - Serv. Andamento	(6.552.404)	(2.363.244)
Total de Honorários de administradores e salários	3.570.902	4.500.378

Pessoal-chave da administração

As remunerações do pessoal chave da administração da companhia em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro acima, e corresponderam aos valores acima totalizados de R\$ 3.329.825 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.947.587 em 31 de dezembro de 2023).

Os créditos e/ou pagamentos efetuados observaram as disposições contidas nas deliberações CODEC nº 001 de 16/03/2018 e nº 001 de 01/02/2023; respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2º da Lei nº 6404/76.

Empregados celetistas e encargos sociais

O aumento no saldo desta rubrica para R\$ 6.793.481 em 31 de dezembro de 2024 decorreu da contratação de pessoal técnico para a execução dos projetos de estruturação, descritos na nota explicativa nº 8. O referido aumento de quadro ocorreu substancialmente em setembro de 2023.

Despesas com prestadores de serviços (benefícios)

Além dos gastos com remunerações e respectivos encargos, integram o total deste grupo de despesas aquelas incorridas com contratações específicas, sendo que os valores das respectivas execuções contratuais são apresentados no quadro abaixo:

execuções contratuais	Correspondente ao:					
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 30/09/2024	trimestre atual			Saldo em 31/12/2024
			out-24	nov-24	dez-24	
segurança e medicina do trabalho	1.583	3.226	193	-	96	3.515
assistência médica	298.184	203.992	45.187	38.546	41.604	329.329
vale refeição	120.321	146.012	16.305	792	29.110	192.219
Totais	420.088	353.230	61.685	39.338	70.810	525.063

As empresas contratadas foram: Notre Dame Intermédica Saúde S.A e Alice Operadora de Saúde (assistência médica), Valloo Benefícios (vale refeição) e, em relação à rubrica segurança e medicina do trabalho, as empresas prestadoras de serviços foram Alphamed Assistência Médica LTDA e Angiovasc Serviços de Medicina Interna e do Trabalho Ltda.

Alocações para Gastos com Contratos – Serviços em Andamento

O valor de R\$ 6.552.404 representa parcela de custos de pessoal próprio da CPP alocado nas contratações de serviços de estruturação de projetos durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.363.244 para o período entre 1 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023).

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

18 SERVIÇOS DE TERCEIROS e PUBLICAÇÃO LEGAL

Os demais serviços adquiridos pela Companhia apresentaram a seguinte execução financeira dentro dos seus contratos firmados:

Relacionados à Publicação Legal:

execuções contratuais			Correspondente ao:			Saldo em 31/12/2024
	Saldo em	Saldo em	trimestre atual			
	31/12/2023	30/09/2024	out-24	nov-24	dez-24	
publicação de matérias legais (DOESP)	104.988	118.384	24.782	13.674	8.914	165.754
preparação e publicação de matérias legais (outros)	27.904	38.181	6.677	92	1.590	46.540
total de Publicação legal	132.892	156.565	31.459	13.766	10.504	212.294

As empresas contratadas foram, respectivamente: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP e Luz Publicidade SP Sul Ltda. As variações entre os meses decorrem do consumo dos serviços contratados.

Relacionados aos Serviços de Terceiros:

execuções contratuais			Correspondente ao:			Saldo em 31/12/2024
	Saldo em	Saldo em	trimestre atual			
	31/12/2023	30/09/2024	out-24	nov-24	dez-24	
escrituração contábil e fiscal	268.184	193.723	21.000	21.000	-	235.723
processo eletrônico(arquivos digitais)	18	26	3	3	3	35
informática (Plataforma Gerenciamento)	13.198	44.391	4.399	4.399	4.399	57.588
auditoria independente	26.240	5.425	22.011	-	-	27.436
consultoria jurídica	43.200	-	-	-	-	-
cobrança da carteira de recebíveis	-	9.999	-	-	-	9.999
seguro de responsabilidade civil D&O	150.000	82.500	9.167	9.167	9.167	110.001
total de Serviços de terceiros	500.840	336.064	56.580	34.569	13.569	440.782

As empresas contratadas prestadoras de serviços durante o período de 2024 foram respectivamente: Escrituração contábil e fiscal (RHPay Contadores Associados SS EPP); Processo eletrônico - arquivos digitais e Informática - Plataforma gerenciamento (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP); Auditoria independente (Taticca Auditores Independentes); Cobrança de carteira de recebíveis (Desenvolve SP); Seguro de responsabilidade civil D&O (Ezze Seguros S.A).

19 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As despesas tributárias referem-se principalmente a PIS e COFINS incidentes sobre a receita financeira:

descrição	31/12/2024	31/12/2023
PIS sobre receita financeira e JCP	1.395.193	1.612.775
COFINS sobre receita financeira e JCP	8.526.986	9.924.601
IOF	10.550	4.220
Outros tributos	7.241	3.570
Total	9.939.970	11.545.166

20 RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro da Companhia é composto principalmente por operações de instrumentos financeiros e receita de aplicações financeiras, compostos da seguinte forma:

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

descrição	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de aplicações financeiras	208.872.508	242.652.655
Outras receitas financeiras	4.552.599	5.729.361
Total de receitas financeiras	213.425.107	248.382.016
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	4.910	6.585
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	4.910	6.585
Outras despesas financeiras	(41.009)	(54.526)
Total de despesas financeiras	(41.009)	(54.526)
Resultado financeiro líquido	213.389.008	248.334.075

21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir, demonstrativo de IRPJ e CSLL para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

demonstração fatos geradores	resultados em 31/12/2024			resultados em 31/12/2023		
	Saldos	IRPJ	CSLL	Saldos	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	201.273.289			231.588.513		
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Adições	1.022.893			795.473		
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	1.022.893			795.473		
Exclusões	(135.957.303)			(136.210.638)		
(-) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	(135.957.303)			(136.210.638)		
Subtotal	66.338.879			96.173.348		
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	-	-	-	(18.742.293)	(4.685.573)	(1.686.807)
Base de cálculo - resultado fiscal	66.338.879	(16.560.720)	(5.970.499)	77.431.055	(19.333.764)	(6.968.794)
Totais de apuração tributária	66.338.879	(16.560.720)	(5.970.499)	77.431.055	(24.019.337)	(8.655.601)

Quanto ao Resultado de Tributos Correntes sobre Lucro:

Em 31 de dezembro de 2024 os totais de tributos correntes incidentes sobre o lucro tributável da Companhia foram de, respectivamente, R\$ 16.560.720 (IRPJ) e R\$ 5.970.499 (CSLL), totalizando R\$ 22.531.219. Tais valores são inferiores aos contabilizados em 31/12/2023, os quais foram de, respectivamente, R\$ 24.019.337 (IRPJ) e R\$ 8.655.601 (CSLL), totalizando R\$ 32.674.938. A diminuição em relação ao exercício anterior ocorreu devido à diminuição do resultado tributável em 2024, substancialmente face à variação da taxa Selic (CDI incidente sobre as aplicações financeiras) no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2024, quando comparado ao mesmo período de 2023.

22 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAIXA

A apresentação de quadros orçamentários integrados com a escrita contábil da Companhia é reflexo do compromisso de atingir maior transparência, à luz do que dispõe a Lei 13.303/2016, notadamente quanto à evolução do seu orçamento e da execução dos seus contratos (aqui pelo regime de caixa), ressaltando-se, inclusive, a demonstração de uma base única de dados, considerado o volume de operações.

A Companhia, em razão da sua condição de empresa não-dependente de recursos financeiros do seu controlador – Estado de São Paulo – e, valendo-se da faculdade contida no parágrafo 1.8D da norma contábil “NBC TSP Estrutura Conceitual”, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, a qual permite a aplicação pelas empresas públicas não-dependentes de elementos empregados na Contabilidade Pública, apresenta nos quadros a seguir a sua execução orçamentária para o trimestre em referência.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Os resultados efetivamente obtidos no trimestre em referência estão apresentados em conexão ao “orçamento de caixa” previsto para 2024, obtido do Relatório da Administração de 2023, apresentado em conjunto com as Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Assim, demonstra-se abaixo a evolução do caixa da Companhia para o período compreendido no quarto trimestre de 2024, comparativamente ao projetado para o período:

Orçamento de Caixa: Projetado e Realizado		(valores em milhares de Reais)		
Descrição	Ref	Previsto	Realizado	Variação
Saldo financeiro (livre) inicial		675.134	752.685	(77.551)
(+) Fontes de recursos				
Receitas financeiras livres de restrição	(i)	15.237	19.571	(4.334)
Parcelas recebíveis		3.903	3.536	367
Liberação de garantias		6.178	-	6.178
Serviços prestados	(ii)	35.703	1.235	34.468
Disponibilização Onerosa de Garantia		177	-	177
Restituição de impostos	(iii)	15.645	-	15.645
Outros		-	-	-
Subtotal		76.843	24.342	52.501
(-) Aplicações de recursos				
Gastos com Folha de Pagamento	(iv)	3.183	2.722	461
Investimentos		-	-	-
Despesas administrativas gerais	(v)	160	137	23
Gastos com Estruturação de Projetos	(vi)	18.679	19.000	(321)
Tributos sobre o lucro/receita	(vii)	21.122	5.484	15.638
Outros desembolsos		-	-	-
Juros sobre Capital Proprio		-	-	-
Constituição de novas garantias		-	-	-
Subtotal		43.144	27.343	15.801
Saldo financeiro do trimestre		33.699	(3.001)	36.700
(=) Saldo financeiro (livre) final		708.833	749.684	(40.851)

As principais variações foram:

(i) Receitas financeiras: Decorre substancialmente da diferença de projeção da taxa de rendimentos. A projeção para o período foi de Selic a 9,5% a.a., enquanto a taxa efetiva do principal fundo da CPP (CPP Projetos) auferida, foi de 10,7914% para o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024.

(ii) Serviços prestados: A previsão de recebimentos pelos serviços prestados pela Companhia à Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) foi realizada parcialmente em razão de alterações nas execuções dos serviços contratados.

(iii) Restituições de Impostos: As previsões foram realizadas financeiramente durante o primeiro semestre de 2024.

(iv) Gastos com Folha de Pagamento: as variações ocorridas decorreram substancialmente de o quadro de pessoal ainda não estar completo no período.

Abaixo segue quadro com destaque para a composição dos pagamentos efetuados pela Companhia durante o 4º trimestre de 2024 aos fornecedores contratados para os serviços abaixo especificados:

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

contratos de serviços integrantes da rubrica Gastos com Folha de Pagamento

Beneficiários pelos pagamentos feitos pela Companhia	Contratação	Vigência	R\$
Alice Operadora de Saúde - assistência médica	set/24	12 meses	139.261
Alphamed - segurança e medicina do trabalho	mar/24	12 meses	302
Valoo Benefícios - vale-refeição	out/23	12 meses	46.207
			185.770

Obs.: As execuções contratuais correspondentes, relacionadas a todos os eventos ligados a Folha de pagamento, estão apresentadas na Nota Explicativa n° 17, segundo o regime de competência.

(v) Despesas administrativas gerais: representa, em essência, os gastos com as contratações de serviços administrativos para funcionamento normal da Companhia.

Abaixo segue composição dos pagamentos feitos durante o 4º trimestre de 2024 aos fornecedores de serviços contratados pela Companhia, com sua especificação:

Execução financeira dos contratos em vigor de titularidade da Companhia (rubrica Despesas Administrativas Gerais):

Beneficiários pelos pagamentos feitos pela Companhia	Contratação	Vigência	R\$
PRODESP: serviços relativos a processo eletrônico/arquivos digitais	dez/23	12 meses	9
PRODESP: serviços de fornecimento de plataforma colaboração Office	jul/23	12 meses	16.988
PRODESP: publicação de matérias legais no DOESP	abr/23	60 meses	9.976
Luz Publicidade SP Sul Ltda: preparação e publicação de matérias legais	nov/23	12 meses	7.949
RHPay Contadores Associados SS EPP: escrituração contábil	abr/24	12 meses	56.067
Outras despesas (deslocamentos/viagens/copa/material de escritório/etc)	-	-	46.011
soma (valor arredondado)			137.000

Obs.: As execuções contratuais correspondentes, apresentadas segundo o regime de competência, constam na Nota Explicativa n° 18

Embora as variações entre Projetado e Realizado não tenham sido relevantes no período, o objetivo de demonstração destas despesas decorre da necessidade de demonstração da execução das contratações feitas pela Companhia.

(vi) Gastos com Estruturação de Projetos: A previsão de pagamentos por serviços prestados à Companhia foi realizada parcialmente em razão de alterações nas previsões de execuções dos serviços contratados.

A relação de pagamentos efetuados durante o 4º trimestre de 2024 segue no quadro abaixo:

Gastos com Estruturação de Projetos de PPP/Prestador de Serviço	Contratação	Vigência	R\$
Campos Eliseos: IAB/SP - Instituto de Arquitetos do Brasil	fev/24	Por escopo	160.000
Campos Eliseos: FIPE (Fund. Instituto de Pesquisas Econômicas)	jun/23	até 36 meses	5.911.743
Travessias Litorâneas: FIPE (Fund. Instituto de Pesquisas Econômicas)	dez/23	até 24 meses	800.000
Loterias: FIPE (Fund. Instituto de Pesquisas Econômicas)	jun/23	até 36 meses	698.094
Escolas: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	jul/23	até 30 meses	3.166.929
Tunel Santos/Guarujá: FIPE (Fund. Instituto de Pesquisas Econômicas)	jul/23	até 36 meses	3.797.500
Estr Ferro Campos do Jordão: FIPE (Fund. Inst. de Pesquisas Econômicas)	out/23	até 36 meses	2.429.716
Serviços Hídricos: Fundace (Fund. Pesq. e Des. Adm. Contab. e Economia)	mai/23	até 24 meses	2.035.696
			18.999.678

Obs.: As execuções contratuais correspondentes, apresentadas segundo o regime de competência, estão descritas na Nota Explicativa n° 8

23 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A companhia é uma entidade não financeira cuja renda, atualmente, ainda se caracteriza quase na sua totalidade de rendimentos financeiros auferidos por juros e dividendos; entretanto, novos resultados foram gerados a partir de atividades que podem ser classificadas como tipicamente operacionais, tais como aquelas descritas na Nota Explicativa n° 16, por conta do cumprimento de obrigações contratuais firmadas com clientes de serviços de estruturação de projetos.

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

Parcela relevante dos ativos financeiros totais da companhia (80%) já está vinculada a garantias para pagamentos de obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo (Poder Concedente), decorrentes de contratos de parcerias público-privadas firmados.

O desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, sua capacidade de honrar as garantias prestadas depende, substancialmente, da performance dos seus ativos financeiros.

Riscos de crédito e de mercado

Os rendimentos financeiros constituídos de juros são creditados unicamente pelo Banco do Brasil S.A, instituição financeira de primeira linha. São decorrentes de ativos que possuem um perfil conservador, lastreados substancialmente em títulos públicos federais no caso dos fundos de investimento financeiro.

Além dos rendimentos auferidos a partir de fundos de investimentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 a Companhia auferir receita financeira decorrente da aquisição junto à Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo de recebíveis oriundos de contratos de financiamentos firmados com Municípios do Estado de São Paulo, com risco de inadimplência bastante mitigado em função da existência de cláusula contratual de garantia, a qual possibilita a execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo.

24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Com exceção dos eventos descritos nas notas explicativas nº 10.3 e 16.2, que versam sobre, respectivamente, constituição de novas garantias decorrentes de compromissos assumidos em contratos de concessão, assim como, de novo contrato de prestação de serviços celebrado entre CPP e SPI, não houve outros eventos subsequentes significativos até a data da autorização para a emissão destas demonstrações contábeis, que pudessem causar efeitos significativos nas demonstrações contábeis.

EDGARD
BENOZATTI
NETO:39157788855

Assinado de forma digital por
EDGARD BENOZATTI
NETO:39157788855
Dados: 2025.02.19 18:35:33
-03'00'

EDGARD BENOZATTI NETO
DIRETOR
CPF: 391.577.888-55



Assinado de forma digital por RENATO
VIEIRA PITA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC OAB,
ou=23270084000189,
ou=VideoConferencia, ou=Assinatura Tipo
A3, ou=ADVOGADO, cn=RENATO VIEIRA
PITA
Dados: 2025.02.18 17:53:30 -03'00'
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2024.005.20399

RENATO VIEIRA PITA
CONTADOR
CRC 1SP215876/O-8/SP



COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

CNPJ 06.995.362/0001-46

Relatório da Administração 2024 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

Introdução

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, atua desde 2004 como importante instrumento de viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP, tendo como missão apoiar o Governo do Estado de São Paulo na prospecção, concepção, estruturação, modelagem, implementação e monitoramento de arranjos negociais, com ênfase na gestão de ativos e nas parcerias com o setor privado, sobretudo quando envolvam a prestação de garantias ou algum suporte financeiro inicial e transitório.

No exercício de 2024, as ações da CPP se concentraram no apoio ao Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP, instituído pelo Decreto 67.443, de 11 de janeiro de 2023, prestando garantias a determinadas obrigações assumidas pelo Estado em contratos de concessão, por meio do penhor de ativos financeiros de sua titularidade, bem como prestando serviços de gestão de projetos e apoio técnico à Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, sua atual pasta tutelar, voltados para a avaliação e estruturação de projetos de Infraestrutura nas modelagens econômico-financeiras de processos de concessão e/ou desestatização de ativos.

Observando os requisitos de transparência, bem como os preceitos estabelecidos na Lei 13.303/2016, na Orientação Técnica CPC 09 e na Resolução CVM nº 14, de 09/12/2020, este Relatório de Atividades está organizado em três grandes blocos, sendo eles 1. Detalhamento das atividades operacionais; 2. Atendimento aos requisitos de governança previstos no Estatuto Jurídico e 3. Quadro de pessoal.

1. Detalhamento das atividades operacionais:

Este item atende ao inciso I do Artigo 8º da Lei nº 13.303/2016, demonstrando que as atividades desenvolvidas pela CPP estão em conformidade com os compromissos e metas estabelecidas na lei que autorizou sua criação:

1.1. Apoio ao programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP:

1.1.1. Serviços de gestão de projetos, estruturação de projetos e apoio: A CPP, durante 2024, cumpriu suas obrigações assumidas em função dos dois contratos que possui com a SPI para prestação de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP.

O Contrato SPI nº 001/2023, assinado em 19/5/2023, com preço total inicial estimado de R\$ 70.364.907,76 e com prazo de execução estimado de 34 meses, prevê: (i) serviços de apoio técnico nos projetos: Linhas de Mobilidade - Sistemas Trilhos; Novos Lotes de Rodovias Estaduais; Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE; e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP; e (ii) serviços de estruturação dos seguintes projetos: Túnel Submerso Santos-Guarujá; PPP Educação - Adequação e Manutenção de Escolas; PPP Campos Elíseos; Conjunto Desportivo Vaz Guimarães; Estrada de Ferro Campos de Jordão-EFCJ; e Serviços Públicos de Loterias.

Já o Contrato SPI nº 009/2023, assinado em 29/11/2023, com preço total inicial estimado de R\$ 64.144.644,04 e com prazo de execução estimado de 30 meses, prevê: (i) serviços de apoio técnico nos projetos: Programa Universaliza SP; Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano - Área Central de São Paulo, Tiquatira, Itaquera, Guaianazes e Lajeado, Áreas Invasadas da CDHU, Fazenda Albor, Guarujá, Guarulhos-Parque CECAP, Bragança Paulista, e Campinas, Sumaré e Hortolândia; Educação - Novas Escolas; e Transporte Intermunicipal Rodoviário de Passageiros; e (ii) serviços de estruturação dos seguintes projetos: Serviços Hidricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAAE - Piscinões; Desassoreamento, e Barragens e Adutoras; Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE; Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos-Belém, Guarapiranga, Juventude, Engenheiro Goulart, Itaim Biacica, Jardim Helena e Jacuí; e PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa.

Registre-se que em 2025 passam a ser três os contratos operados com a SPI, uma vez que foi celebrado em 27/12/2024 novo contrato com a SPI ("SPI-CPP 025/2024"). Com valor total inicial estimado de R\$ 117.820.542,90 e com prazo estimado para execução de 36 meses, o respectivo contrato objetiva a prestação de serviços especializados para apoio e elaboração de estudos técnicos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e a modelagem recomendada para a estruturação dos seguintes projetos de parcerias integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo: Trem Intercidades (TIC) Eixo Leste, TIC Eixo Sul, VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) Campinas, e VLT Sorocaba, além de prestação de apoio técnico ao "Programa Integra Resíduos".

1.1.1.1. Informações sobre o desenvolvimento das Estruturas de Projetos de infraestrutura:

1.1.1.1.1. Túnel Imeroso Santos-Guarujá: A CPP enviou à SPI, em 29 de outubro de 2024, o pacote dos estudos como proposta de Modelagem Final de PPP do Túnel Imeroso Santos-Guarujá, contendo Edital, Contrato, Anexos e Apêndices, Modelo Econômico-Financeiro e demais materiais de apoio. Ao longo do ano, foram realizadas validações, revisões e atualizações nos materiais anteriormente encaminhados pela CPP à SPI. O novo pacote de documentos encaminhado contemplou as contribuições recebidas da ARTESP no âmbito da Consulta Pública nº 02/2024 e das Audiências Públicas realizadas em abril de 2024, bem como da sondagem de mercado realizada em outubro, promovida pelo MPOR com o apoio da CPP. Por fim, foram realizadas, em novembro, as audiências públicas do EIA/RIMA protocolado na CETESB, no âmbito do processo de emissão da licença prévia para o projeto.

1.1.1.1.2. PPP Educação - Adequação e Manutenção de Escolas: No exercício de 2024 o projeto está na Fase 2, que tem por objetivo a estruturação do projeto com base nas escolas selecionadas na Fase 1 que, após adequações realizadas pela Secretaria de Educação, decorrente de municipalizações de unidades de ensino, somam 143 unidades de ensino para o 1º Lote do Projeto. Até a data de envio deste relatório, a CPP havia concluído as fases de audiência e consulta pública do 1º Lote, com as atividades focadas na finalização da modelagem definitiva para publicação da PPP ainda no 1º trimestre de 2025. Destaca-se que atualmente também está em vias de conclusão a definição do pacote de escolas do 2º Lote do Projeto.

1.1.1.1.3. PPP Campos Elíseos: Em março de 2024 foi lançado o Concurso Público Nacional de Arquitetura nº 001/2024-CPP, considerado um dos maiores do país em tamanho e em participação - com 63 inscrições e 45 propostas recebidas. Do resultado do concurso, anunciado em agosto, foram utilizadas as informações e estudos técnicos apresentados para dar continuidade ao desenvolvimento do projeto, com o diagnóstico da situação técnico-operacional e as definições do escopo e modelo de negócios e da modelagem jurídico-institucional, bem como dos demais projetos complementares ao do Concurso de Arquitetura. A etapa de Consulta Pública está prevista para o início de 2025.

1.1.1.1.4. Estrada de Ferro Campos de Jordão - EFCJ: Foram realizados levantamentos documentais e de campo para subsidiar os estudos, rodadas de conversa com os principais interessados mapeados para colher percepções sobre os ativos e modelagem e, concluídos os principais produtos dos módulos de Demanda, Regulatório, Mercadológico e Socioambiental, Engenharia e Econômico-Financeiro necessários para a abertura da Consulta Pública. Atualmente, estão sendo revisados pela CPP as minutas de documentos licitatórios, com estimativa de abertura de Consulta Pública prevista para meados de janeiro de 2025.

1.1.1.1.5. Serviços Públicos de Loterias: Em 2024, a CPP consolidou a modelagem final do projeto e a submeteu à SPI em maio, sendo aprovada pelo CDPED na 9ª Reunião Ordinária do PPI-SP. Com o aval do CDPED e da PGE/SP, o edital foi publicado em junho. Entre a publicação e o prazo final para esclarecimentos, a Comissão de Contratação respondeu 91 questões de interessados. Em outubro, ocorreram a Sessão Pública de Recebimento de Envelopes e, em novembro, a Sessão Pública de Concorrência, na qual o vencedor ofereceu uma outorga de R\$ 600 milhões. A expectativa é a assinatura do contrato no primeiro trimestre de 2025.

1.1.1.1.6. Barragens, Adutoras e Infraestruturas Complementares: Em 2024 teve início a estruturação do projeto de Implantação, Operação e

Manutenção do Sistema Adutor de Captação e Distribuição de Água e Operação e Manutenção das Barragens de Pedreira e de Duas Pontes e respectivas Infraestruturas Complementares (ETEs Monte Alegre e Amparo e UTR Camanduaia). Ademais estão sendo realizados os levantamentos documentais para subsidiar os estudos referentes à fase de Avaliação Inicial. A realização da Consulta Pública está prevista para agosto de 2025 e publicação do Edital de Licitação no primeiro semestre de 2026.

1.1.1.1.7. Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE: Em 2024 foram elaborados os estudos técnicos de Engenharia, Socioambiental, Demanda, Jurídico e Econômico-Financeiro, que deram embasamento para a elaboração e posterior publicação da Consulta Pública SPI nº 4/2024. Em 2024 foram realizadas as Audiências Públicas nº 4, nº 5 e nº 6 para a apresentação do projeto, nos dias 9, 11 e 12 de novembro. A previsão é de publicação do Edital de Licitação no primeiro semestre de 2025.

1.1.1.1.8. PPP de Desassoreamento: A estruturação do projeto da PPP de Desassoreamento da RMSP iniciou-se em 2024, efetuando os levantamentos documentais e de campo para subsidiar os estudos e entregues os estudos referentes à fase de Avaliação Inicial. Além disso, estão em curso as atividades dos módulos de Engenharia, Socioambiental, Econômico Financeiro e Jurídico. A conclusão dos estudos e realização da Consulta Pública está prevista para o segundo trimestre de 2025.

1.1.1.1.9. Ginásio Ibirapuera: No final de 2024, começaram os estudos iniciais de viabilidade da estruturação do projeto de Requalificação do Conjunto Desportivo Constandio Vaz Guimarães.

1.1.1.1.10. PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa: O projeto encontra-se em fase de avaliação preliminar do Projeto, visto que a ordem de Serviços foi emitida no último bimestre de 2024.

1.1.1.1.11. Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos: O Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos compreende na carteira os seguintes parques: (i) Parque Ecológico do Guarapiranga; (ii) Parque da Juventude; (iii) Parque Belém-Manoel Pitta; e (iv) Parque Ecológico do Tietê (núcleos Engenheiro Goulart, Jardim Helena, Vila Jacuí e Itaim Biacica). Foram realizadas as visitas técnicas *in loco* nos parques para mapeamento da disposição dos equipamentos e estruturas, análise do funcionamento e de possíveis vocações. Paralelamente, vêm sendo realizadas diversas reuniões para definir detalhes do projeto. Estão em curso, também, a elaboração de estudos/produtos relativos às frentes de Avaliação Comercial e Estudo de Demanda; Socioambiental; Engenharia, Arq. e Transporte; Jurídico-Institucional, definições que visam respaldar a definição do modelo/escopo do projeto. A consulta e a audiência pública do projeto estão previstas para ocorrerem no primeiro trimestre de 2025.

1.1.1.2. Informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos de Apoio Técnico:

1.1.1.2.1. Programa de Parcerias para Habitação e Desenvolvimento Urbano: O projeto abrange a área Central de São Paulo, Tiquatira, Itaquera, Guaianazes e Lajeado, Áreas Invasadas da CDHU, Fazenda Albor, Guarujá, Guarulhos (Parque CECAP), Bragança Paulista, e Campinas, Sumaré e Hortolândia. Importante ressaltarmos que o Projeto de Concessão Administrativa "PPP Área Central" Estado de São Paulo foi alterado para estruturação através do aditivo no contrato SPI nº 09/2023, após a análise das contribuições da consulta pública e todas os documentos elaborados até a tomada de decisão.

1.1.1.2.2. Educação - Novas Escolas: Em 2024 a CPP deu prosseguimento ao apoio à SPI e SEDUC na elaboração de Roadshows e, paralelamente à adequação dos documentos editalícios à luz das contribuições recebidas durante a Consulta Pública. Assim, em 21 de junho de 2024, foram publicadas as Concorrências Internacionais nº 01/2024 (Lote Oeste) e a nº 02/2024 (Lote Leste), no DOE/SP. Em 23 e 29 de outubro de 2024 foram realizadas as sessões públicas de entrega de envelopes do Lote Oeste e Lote Leste, respectivamente. E, finalmente, em 29 de outubro de 2024 e 04 de novembro de 2024, foram realizadas as sessões públicas de abertura de propostas dos Lotes Oeste e Leste. A equipe da CPP ainda fez parte das Comissões de Licitação de ambas as concorrências, que deverão ter seus contratos assinados nos próximos meses.

1.1.1.2.3. Linhas de Mobilidade - Sistemas Trilhos: O projeto abarca a estruturação de um Programa de Parcerias em Mobilidade, considerando as linhas metroferroviárias atualmente operadas e/ou planejadas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metró). Os serviços de apoio prestados pela CPP foram segmentados em três contratos específicos: (1.1.1.2.3.1.) Metrô; (1.1.1.2.3.2.) CPTM Lote Alto Tietê (Linhas 11, 12 e 13) e CPTM Lote ABC-Guarulhos (Linhas 10 e 14) e (1.1.1.2.3.3.) Trem Intercidades (TIC) - Eixo Oeste:

1.1.1.2.3.1. Metrô: A CPP vem revisando produtos técnicos produzidos pelo IFC, coordenando reuniões e expedindo diretrizes para o andamento dos trabalhos contratados pela SPI com a IFC. Os serviços de apoio incluem: (i) comunicações, (ii) elaboração de ofícios solicitando informações ao Metrô, (iii) organização de informações para encaminhamento à SPI; (iv) elaboração de respostas para requisições do TCE e (v) estudos específicos sobre a Câmara de Compensação (*Clearing House*) do sistema de transportes de São Paulo para subsidiar a compreensão e divulgação das características macro operacionais e perspectivas de movimentação financeira no setor de mobilidade. A frente dos projetos do Metrô avançou com a realização do *kick-off*, marcando o início das atividades. Diversas reuniões de solicitação de dados estão em andamento, e os consultores realizaram visitas ao Metrô para levantamento da situação atual, além de reuniões dedicadas à definição do cenário preliminar de oferta, consolidando os próximos passos do projeto.

1.1.1.2.3.2. CPTM Lote Alto Tietê (Linhas 11, 12 e 13) e CPTM Lote ABC-Guarulhos (Linhas 10 e 14): O apoio prestado até então englobou: (i) apoio na expedição de diretrizes para elaboração dos estudos a cargo da IFC; (ii) participação em reuniões envolvendo os representantes da CPTM e IFC; (iii) revisão e aprovação dos produtos entregues por meio da emissão de Pareceres Técnicos; e (iv) elaboração de respostas para requisições do TCE. Para o projeto CPTM Lote Alto Tietê (Linhas 11, 12 e 13), destaca-se o apoio da CPP na realização de três audiências públicas em São Paulo, Guarulhos e Mogi das Cruzes, além do apoio na consulta pública, revisando e implementando as sugestões e contribuições recebidas, possibilitando, assim, a revisão dos documentos editalícios e elaboração de notas técnicas que culminaram na publicação do Edital de Licitação em 3 de dezembro de 2024, com agendamento da Sessão Pública de Leilão para 28 de março de 2025.

1.1.1.2.3.3. Trem Intercidades (TIC) - Eixo Oeste: Dentre os serviços de apoio, a CPP participou de reuniões com a IFC onde foram tratados temas como: (i) alinhamento da metodologia de trabalho e dos principais desafios e premissas do projeto; (ii) lições aprendidas com a publicação e estruturação dos documentos editalícios do projeto do Trem Intercidades (TIC) - Eixo Norte (iii) estudos de pré-viabilidade de engenharia. Para além disso, a CPP atuou diretamente na (i) revisão e aprovação dos produtos entregues por meio da emissão de Pareceres Técnicos, (ii) organização das visitas técnicas realizadas pelos consultores, coordenando as iniciativas com as empresas Via Mobilidade S.A., Rumo Malha Oeste S.A. e CPTM. No momento, a CPP está apoiando a SPI quanto às definições do traçado a ser adotado para o Projeto, visando à abertura de Consulta Pública no primeiro semestre de 2025. Ainda, cabe destacar o apoio prestado no âmbito do projeto Trem Intercidades (TIC) - Eixo Norte, cujos documentos licitatórios foram publicados originalmente em 31 de março de 2023 (Concorrência Internacional nº 01/2021). Serviços de apoio à SPI, envolvendo: (i) participação em uma nova rodada de diálogo com o mercado, (ii) revisão das minutas de documentos editalícios e apoio em sua republicação, em 29 de setembro de 2023, (iii) apoio às tratativas para a obtenção de financiamento interno com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para implantação do TIC Eixo Norte.

1.1.1.2.4. Novos Lotes de Rodovias Estaduais: A CPP está fornecendo apoio à SPI na estruturação de 5 lotes de rodovias estaduais. No decorrer do ano de 2024 foram realizados os seguintes avanços em cada lote:

1.1.1.2.4.1. Lotes 1 e 2 (Nova Raposo e Rota Sorocabana): A CPP apoiou

na realização da consulta audiências públicas e na modelagem final dos estudos para os leilões dos dois lotes de concessão, cuja operação deverá iniciar em abril de 2025, após a assinatura dos contratos.

1.1.1.2.4.2. Lote 3 (Parapanema): foi elaborada a modelagem preliminar para o projeto no modelo de concessão patrocinada, cujo processo de consulta pública já está autorizado e as audiências públicas estão agendadas para dezembro de 2024.

1.1.1.2.4.3. Lotes 4 e 5 (Circuito das Águas e Rota Mogiana): foram realizadas diversas reuniões com a International Finance Corporation no sentido de alinhar premissas e acompanhar o andamento do projeto. Os estudos se encontram em etapas finais da modelagem preliminar.

1.1.1.2.5. Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE: A CPP ofereceu apoio técnico ao longo do Projeto de desestatização da EMAE por meio de: (i) revisão dos produtos entregues pelo Consórcio Nova EMAE Genial, contratado pela SPI como consultoria do Projeto; (ii) revisão do Edital, Contrato de Compra e Venda de Ações e Prospecto aos Empregados; (iii) apoio à elaboração de Nota Técnica de instrução do processo de abertura de Audiência Pública e de abertura do processo licitatório; (iv) participação em agendas de reuniões e de trabalho do Projeto; e (v) acompanhamento e apoio técnico até a conclusão da operação, com a assinatura, em 2 de outubro de 2024, do contrato de compra e venda das ações da Companhia, arrematada pelo Fundo Phoenix FIP por R\$ 1,04 bilhão no leilão realizado pela SPI em abril de 2024, na B3. O lance vencedor foi de R\$ 70,65 por ação, 33,68% acima do preço mínimo estipulado no edital, com a venda em lote único de 14,7 milhões de ações.

1.1.1.2.6. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP: No exercício de 2024 a CPP apoiou diversas frentes de estudo, tanto no que se refere à revisão e aprovação de relatórios elaborados pelas consultorias temáticas contratadas pelo *International Finance Corporation* (IFC), tanto como nas várias frentes de execução, incluindo o apoio na condução da audiência e consulta pública, bem como a elaboração do contrato de concessão e seus anexos, bem como o alinhamento com os municípios atendidos pela Companhia para a definição das metas da concessão e com a ARSESP para a avaliação e definição dos aspectos regulatórios da desestatização, especialmente visando ferramentas para assegurar a concretização das metas da desestatização, com destaque para a universalização dos serviços em 2029. Para além dessas atividades, a CPP atuou ativamente nos aspectos societários da alienação do controle da SABESP, incluindo reuniões com potenciais investidores, avaliações para a governança da companhia, incluindo diretrizes para o acordo de investimentos e concretização da alienação do controle societário.

1.1.2. Prestação de garantias

A seguir detalhes dos contratos nos quais a CPP conta com garantias prestadas por meio de cotas em penhor do Fundo BB CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92) bem como fianças prestadas:

1.1.2.1. Garantias Contratadas

1.1.2.1.1. Linha 8 (Diamante) da CPTM: O contrato de concessão administrativa, com prazo de 20 anos, para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM foi firmado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a concessionária CTrens - Companhia de Manutenção em 19 de março de 2010. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia complementar à garantia oferecida pela CPTM, sem segregação de ativos. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R\$ 131,3 milhões.

1.1.2.1.2. Linha 6 (Laranja) do Metrô: O Contrato de concessão patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM, e a Concessionária Move São Paulo S.A., previa a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento de material rodante, operação e conservação da linha que ligará Brasilândia a São Joaquim. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia equivalente a 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento e previsão de reposição ao Sistema de Arrecadação do Bilhete Único de mais duas contraprestações mensais. O Decreto nº 64.572, de 08/11/2019, prorrogou o prazo da caducidade da referida parceria público-privada contratada pelo Estado de São Paulo, estabelecendo seu início a partir de 09/02/2020. Em 06 de julho de 2020 foi assinado aditivo contratual transferindo a concessão para a Concessionária Linha Universidade S.A. e em 05 de outubro do mesmo ano a caducidade foi revogada pelo Decreto nº 65.223/22. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 504,8 milhões e o saldo de fiança prestada em garantia era de aproximadamente R\$ 206,7 milhões.

1.1.2.1.3. Habitação: O contrato de concessão administrativa para implantação de Habitações de Interesse Social (HIS) e de Habitações de Mercado Popular (HMP) na região central da cidade de São Paulo - Lote 1 compreende: a construção de 3.683 unidades HIS e de 2.260 unidades de HMP, prestação dos serviços de apoio à gestão condominial, de apoio à gestão da carteira de mutuários, dos serviços de manutenção predial, dos trabalhos técnicos sociais de pré e pós-ocupação além da implantação de equipamentos comuns e melhorias urbanísticas. O contrato foi firmado pela Secretaria de Habitação com a empresa PPP Habitacional SP Lote 1 S.A. em 25 de março de 2015. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 77,2 milhões.

1.1.2.1.4. SIM da Baixada Santista: O contrato de concessão patrocinada para expansão, operação, fornecimento de sistemas, veículos e manutenção do Sistema Integrado Metropolitano (SIM) de transporte público intermunicipal por ônibus e VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBSS) foi assinado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM em 23 de junho de 2015 com a empresa BR Mobilidade Baixada Santista S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, a CPP presta garantia de 6 meses para alguns componentes da contraprestação, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 26,8 milhões.

1.1.2.1.5. Complexos Hospitalares: Contratos de concessão administrativa para a construção, operação de serviços "Bata Cinza" e manutenção dos Complexos Hospitalares - Hospital Estadual de Sorocaba (Lote 1) e Hospitais de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - HCRSM, em São Paulo (Lote 2), pelo prazo de 20 anos, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde e a Inova Saúde São Paulo SPE S.A. Conforme previsto no contrato de concessão, para os Hospitais que já superaram a etapa preliminar e se encontram em pleno desenvolvimento (Sorocaba e São José dos Campos), a CPP presta garantia de 5 contraprestações mensais, com penhor de quotas de fundo de investimento. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 168 milhões.

1.1.2.1.6. Lote do Rodoanel Norte: Contrato de Concessão Patrocinada com a Rodoanel Norte SPE S.A., para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote Rodoanel Norte; firmado em 9 de agosto de 2023 o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes de São Paulo - SLT, tendo como Intervenientes-Anuentes: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e Departamento Estadual de Rodagem - DER. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de cotas em penhor era de R\$ 412,1 milhões.

1.1.2.2. Previsão de nova garantia:

1.1.2.2.1. Sistema Rodoviário Lote Litoral Paulista: Em 3 de outubro de 2024 foi assinado o Contrato de Concessão Patrocinada dos Serviços Públicos de Ampliação, Operação, Manutenção e Realização dos Investimentos necessários para a Exploração do Sistema Rodoviário denominado Lote Litoral Paulista. O contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos e a Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo, com a

continua →

-★ continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Relatório da Administração 2024 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

interveniência-anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. A responsabilidade atribuída à CPP refere-se à constituição de garantia equivalente ao valor de R\$ 185,62 milhões, e ocorrerá após a celebração de Contrato de Penhor entre a Concessionária e a CPP, o qual deverá ocorrer no primeiro semestre de 2025.

1.2. Outros projetos

Dentre as operações financeiras destaca-se: (i) realização da operação de cessão de direitos creditórios originados de contratos de empréstimos e financiamento firmados entre Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. e municípios do Estado, firmado pela CPP com a Desenvolve. Embora o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças tenha sido celebrado em 25 de junho de 2021, o pagamento do saldo devedor atravessou o exercício de 2024, sem qualquer inadimplemento por parte do cedente, e tem prazo de conclusão para 15/07/2026; (ii) realização da operação financeira celebrada em 28 de janeiro de 2022, tendo como objetivo liberar ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos contratos de financiamentos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Estado de São Paulo. Nesse caso, a CPP, na qualidade de interveniente-garantidora dos respectivos contratos, prestou garantias dando a totalidade das cotas do Fundo BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas do Fundo de Investimentos, inscrito no CNPJ sob o nº 11.451.205/0001-00, sendo que seu saldo em 31/12/2024 corresponde a R\$ 79,9 milhões aproximadamente.

2. Atendimento aos requisitos de governança previstos no Estatuto Jurídico:

2.1. Sustentabilidade financeira

Segue abaixo o saldo da posição de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 mais outros ativos financeiros, sendo que tais aplicações se apresentam como principal lastro para os compromissos representados pelas garantias prestadas através de penhor de cotas ou fianças prestadas (em R\$ 1):

Fundos de Investimentos e outros ativos financeiros	Ativos totais
CPP Projetos	1.979.722.346
BB CDB DI	39.046.661
Aplicações financeiras, por tipo/fundo	2.018.769.007
Serviços Prestados a Receber	19.370.743
Recebíveis - Desenvolve SP	4.093.338
Total	2.042.233.088

Abaixo, é apresentada a posição do comprometimento parcial dos ativos/aplicações financeiras, representado pelo penhor de cotas e fianças prestadas, na mesma data de 31 de dezembro de 2024 (em R\$ 1):

Compromissos assumidos através de penhor de cotas e fianças prestadas (garantias corporativas)

	Ativos em Garantia			Total de compromissos
	Já Segregados	Fianças Corporativa	Garantia a constituir	
PPP Linha 6	504.788.433	206.742.415	110.233.000	821.763.848
PPP Habitação Lote 1	77.281.376	-	-	77.281.376
contrato Hospital São José dos Campos	46.077.616	-	-	46.077.616
contrato Hospital Sorocaba	56.313.432	-	-	56.313.432
contrato Hospital Pérola Byington	65.688.686	-	-	65.688.686
PPP da RMBS - ônibus + VLT	26.850.984	-	-	26.850.984
contrato Rododanel (Norte)	412.124.966	-	-	412.124.966
contrato BNDES Linha 8 (Diamante) da CPTM	79.959.950	-	-	79.959.950
Sistema Rodoviário Lote Litoral Paulista	-	131.287.023	-	131.287.023
	-	-	185.620.000	185.620.000
Total	1.269.085.443	338.029.438	295.853.000	1.902.967.881

Com base nas tabelas apresentadas acima, é possível verificar que a totalidade das aplicações financeiras e demais ativos financeiros são suficientes para fazer frente aos compromissos assumidos até o momento nas garantias prestadas na forma de penhor de cotas de fundos, fianças prestadas, garantias a constituir, bem como para fazer frente aos custos e despesas operacionais e tributárias. Tal fato evidencia a sustentabilidade financeira da CPP.

2.2. Resultado contábil e fiscal

O lucro líquido contábil apurado em 2024 foi de R\$ 178,742 milhões, apresentando um decréscimo de cerca de 10% quando comparado com o lucro líquido contábil de R\$ 198,913 milhões apurado em 2023. A diminuição da taxa Selic durante o exercício de 2024, quando comparado ao exercício de 2023, com a Selic acumulada de 2024 de 10,83% (ante 13,04% em 2023), foi a principal ocorrência que determinou esta diminuição do lucro da companhia.

2.3. Orçamento de caixa previsto para 2025

Cabe destacar que, numa companhia com as características de atuação da CPP, onde seus ativos são representados substancialmente por aplicações financeiras, as quais são utilizadas para garantir determinado número de contraprestações que o Estado tem junto às Concessionárias, a gestão desta carteira de aplicações financeiras ocorre de forma conservadora, de modo que a rentabilidade destes ativos tenha aderência aos compromissos assumidos. Como já informado anteriormente, tais aplicações financeiras estão alocadas, principalmente, no Fundo BB CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), o qual aplica em títulos que buscam rentabilidades em conformidade às variações da Selic.

Neste contexto, a Companhia apresenta seu Orçamento de Caixa previsto para 2025, respeitando as diretrizes do Decreto nº 69.319, de 22 de janeiro de 2025, o qual estabelece normas para execução orçamentária e financeira do exercício de 2025, e dá providências correlatas:

	1º trim/25	2º trim/25	3º trim/25	4º trim/25	Total
Saldo financeiro inicial	2.018.769	2.071.614	2.077.316	2.135.043	
Fontes de recursos					
Receitas financeiras	58.083	59.499	59.883	61.210	
Parcelas recebíveis	1.921	998	619	345	
Serviços prestados	26.806	31.343	4.257	12.404	
Disponibilização Onerosa de Garantia	-	407	-	415	
Restituição de impostos	-	-	-	22.912	
Outros	-	12	-	10	
Subtotal	86.810	92.259	64.759	97.296	
Aplicações de recursos					
Despesas com Folha de Pagamento	2.983	3.468	3.242	3.902	
Despesas administrativas gerais	380	410	294	324	
Tributos	7.558	24.197	417	19.282	
Custos com Estruturação de Projetos	23.044	16.072	3.069	5.236	
Investimentos	-	119	10	-	
Juros sobre Capital Próprio	-	42.291	-	-	
Subtotal	33.965	86.557	7.032	28.744	
Saldo financeiro do mês	52.845	5.702	57.727	68.552	
Saldo financeiro acumulado	2.071.614	2.077.316	2.135.043	2.203.595	

A tabela acima representa uma projeção de resultados financeiros, incluídos os resultados decorrentes dos investimentos dados em garantia, para a Companhia durante o exercício de 2025, adotando como premissas principais:

2.3.1. *Receitas financeiras*: rendimento anual estimado em 11%;

2.3.2. *Folha de pagamento*: novas contratações em janeiro e fevereiro de 2025; inclui pagamento de bônus no 2º trimestre aos diretores por resultados auferidos em 2024;

2.3.3. *Tributos sobre o lucro*: estimados com base no Lucro Real Anual, com levantamento de balancete para fins de suspensão ou redução de pagamento do imposto. Apresenta também a estimativa de retenção tributária sobre

rendimentos financeiros, a título de "IR Come-Cotas" nos meses de maio e novembro. Importante ressaltar que não estão provisionados demais tributos federais incidentes sobre Receitas, vez que a Companhia líquida tais obrigações por meio de compensações com créditos tributários;

2.3.4. *Juros sobre Capital Próprio*: representa uma estimativa de pagamento ao acionista controlador por resultados auferidos projetados em 2024;

2.3.5. *Serviços prestados*: inclui os contratos de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP;

2.3.6. *Gastos com estruturação de projetos*: Inclui as contratações de prestadores de serviços de apoio técnico e consultoria para auxiliar a Companhia na estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP;

2.3.7. *Despesas administrativas gerais e Outras desembolsos*: Englobam os demais contratos da Companhia, notadamente de prestação de serviços administrativos, por exemplo: Contabilidade, Fornecimento de vale-refeição e assistência médica, Publicação de anúncios legais.

2.4. Governança

2.4.1. Gestão administrativa

Na área de Gestão de Recursos Humanos, foi implementada a avaliação de desempenho 360°, que abrange três dimensões: técnica, comportamental e relacional. Esse processo permitiu que a equipe refletisse sobre seus pontos fortes e identificasse aspectos a serem aprimorados, promovendo o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, trazendo a excelência aos trabalhos desenvolvidos.

Adicionalmente, realizamos uma reorganização do espaço de trabalho, unificando as áreas de conhecimento, o que facilitou a troca de informações. Essa reorganização também respeita as normas regulamentadoras do ambiente de trabalho. Implementamos o princípio da impessoalidade e eficiência na utilização das salas de reunião, com reservas realizadas por meio de um sistema. Além disso, ao equipar a copa do andar, a CPP reforça seu compromisso com o bem-estar dos colaboradores, criando um ambiente mais agradável e funcional.

No aspecto de governança, com o objetivo de minimizar os riscos corporativos, desenvolvemos documentos como minuta de termo de referência, memorandos, comunicação interna e metodologia de cotação de preços. Também foram elaborados procedimentos operacionais padrão (POPs), essenciais para garantir a padronização e a eficiência nas operações da CPP. Ao estabelecer diretrizes claras para a execução de tarefas, conseguimos reduzir erros, aumentar a segurança administrativa e melhorar a qualidade dos produtos entregues.

2.4.2. Políticas e programas existentes

2.4.2.1. Programa de integridade

A Unidade de Gestão de Integridade (UGI), composta por colaboradores da CPP, tem as seguintes atribuições: I - coordenar a elaboração, a execução, a comunicação, a implantação e o monitoramento do programa de integridade; II - desempenhar o papel de multiplicador, desenvolvendo ações de capacitação e de reciclagem periódica para os agentes públicos de todos os níveis hierárquicos; III - realizar ações contínuas de conscientização e comunicação; IV - coordenar a gestão dos riscos para a integridade; V - assessorar a autoridade máxima do órgão ou da entidade nas funções de integridade; VI - reportar à autoridade máxima do órgão ou da entidade o desenvolvimento do programa de integridade; VII - reportar ao órgão central as situações que comprometam o programa de integridade; VIII - promover constante interlocução com a Controladoria Geral do Estado; IX - adotar as medidas necessárias para execução do plano de ação; e X - observar as recomendações emitidas pela área de auditoria interna governamental.

2.4.2.2. Regulamento de Pagamento de Honorários

O Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião datada de 31/10/2023 continua vigente e sem alterações. Vale ressaltar que respectivo regulamento atende a solicitação do CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo ao estabelecer critérios para a participação dos advogados da CPP nos honorários percebidos pela Companhia.

2.4.2.3. Política de Divulgação de Informações e de Porta-Vozes

A política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião datada de 31/10/2023 continua vigente e sem alterações. Seu objetivo é estabelecer diretrizes e procedimentos para o fluxo de informações prestadas pela CPP ao público em geral, garantindo transparência, precisão, ordenação e profissionalismo na divulgação e na prestação de informações, afastando-se riscos de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa pública.

2.4.2.4. Distribuição de Dividendos

A política de distribuição de dividendos da Companhia Paulista de Parcerias - CPP tem se caracterizado pela distribuição de dividendos para seus acionistas à razão de 25% do lucro societário, apurado em consonância à legislação societária regente. Nesse contexto, dada a política tributária da Companhia de aproveitamento fiscal dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), apurado em conformidade às regras tributárias federais, historicamente a Companhia tem se utilizado da faculdade de imputar os JCPs aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte, em conformidade à Deliberação CVM Nº 683/2012, sempre mantendo a disposição do acionista o saldo restante, como uma obrigação presente, a qual se líquida normalmente por meio de capitalização, dentro do exercício social seguinte, observando-se também, neste contexto, a parcela financeiramente realizada do lucro apurado.

2.4.2.5. Partes Relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas está fundamentada no seu elemento-chave, qual seja, a Comutatividade, que visa impedir a transferência indevida de resultados entre a Companhia e suas Partes Relacionadas. As relações existentes entre as Partes Relacionadas estão amparadas por atos administrativos e outros normativos legais e, dos negócios firmados com o acionista controlador, Estado de São Paulo, destacam-se os seguintes:

2.4.2.5.1. Prestação de garantias prestadas às Concessionárias para garantir determinado número de contraprestações do Estado de São Paulo nos contratos de parcerias público-privadas (item 1.1.2. deste relatório);

2.4.2.5.2. Contratação da Companhia pela Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, conforme citado na nota 1.1.1 deste relatório, de prestação de serviços de apoio técnico e consultoria para estruturação dos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP;

2.4.2.5.3. Compra, junto à Desenvolve SP, de carteira de créditos concedidos para determinados municípios no valor total de R\$ 78,8 milhões em 2021, restando na data-base de 31/12/2024 o valor aproximado de R\$ 4 milhões a ser recebido até julho de 2026 (item 1.2 deste relatório);

2.4.2.5.4. Operação de garantia prestada através de penhor de cotas de fundo de investimento para o Estado de São Paulo em determinados contratos de crédito junto ao BNDES (item 1.2 deste relatório)

2.5. Observações gerais

De uma forma geral, a CPP tem envidado esforços para se adequar às exigências da legislação relativa ao Estatuto Jurídico das empresas estatais, estabelecidas na Lei Federal Nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Além das ações acima citadas, encontram-se concluídas as seguintes: (i) adequação do estatuto; (ii) implantação de manuais de rotinas de procedimentos; (iii) regulamentos internos; (iv) código de conduta; (v) avaliação de administradores.

3. Quadro de pessoal

3.1. Pessoal-chave da Administração

3.1.1. Remuneração

As remunerações aplicadas pela CPP estão em conformidade às disposições contidas nas deliberações CODEC nº 001 de 16/03/2018 e nº 001 de 01/02/2023, bem como são respeitadas disposições legais societárias, em especial a do artigo 152, § 2º da Lei nº 6404/76. Isso posto, informamos que em 31/12/2024 a remuneração do pessoal-chave da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) correspondia aos seguintes valores (em R\$ 1):

Descrição	Valor mensal
Conselheiro de Administração	9.873
Conselheiro Fiscal	6.582
Diretor	32.908

3.1.2. Avaliação

Em atendimento ao que dispõe o artigo 12 da Deliberação 04/2019 emitida pelo CODEC - Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo, segue resumo da avaliação dos administradores da CPP:

Ítems de avaliação	Média
Avaliação dos Conselheiros de Administração	
Enquanto órgão colegiado	3,34
Auto-avaliação (individual de cada conselheiro)	3,50
Avaliação individual de cada conselheiro sobre os membros da diretoria	3,39
Nota final atingida	3,41

Avaliação dos diretores

Auto-avaliação (individual de cada diretor)	Média
Auto-avaliação (individual de cada diretor)	3,63
Nota	3,41
Mudanças relevantes são necessárias	1,00 a 1,75
Algumas mudanças são necessárias	1,76 a 2,50
Satisfaz as expectativas legais e estatutárias	2,51 a 3,25
Supera as expectativas legais e estatutárias	3,26 a 4,00

3.1.2.1. Com relação a metodologia utilizada para avaliação exigida dos conselheiros de administração abordou os seguintes aspectos:

3.1.2.1.1. Avaliação enquanto órgão colegiado:

3.1.2.1.1.1. Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação;

3.1.2.1.1.2. Contribuição para o resultado do exercício;

3.1.2.1.1.3. Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo;

3.1.2.1.1.4. Funcionamento do Conselho de Administração;

3.1.2.1.1.5. Conhecimento técnico e da Companhia.

3.1.2.1.2. Auto-avaliação:

3.1.2.1.2.1. Preparo e dedicação pessoal;

3.1.2.1.2.2. Postura nas reuniões do colegiado;

3.1.2.1.2.3. Aperfeiçoamento técnico;

3.1.2.1.2.4. Identificação de situações de conflito de interesses.

3.1.2.1.3. Avaliação dos membros da Diretoria:

3.1.2.1.3.1. Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação;

3.1.2.1.3.2. Contribuição para o resultado do exercício;

3.1.2.1.3.3. Consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo e;

3.1.2.1.3.4. Interação com o Conselho de Administração.

3.1.2.2. Por sua vez, a avaliação dos diretores contemplou autoavaliações abordando os seguintes aspectos:

3.1.2.2.1. Nível de conhecimento sobre a missão, visão, valores, estratégia e planos de negócios da empresa;

3.1.2.2.2. Formulação da estratégia de longo prazo com análise de riscos e oportunidades;

3.1.2.2.3. Contribuição para a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo da Companhia;

3.1.2.2.4. Postura nas reuniões de diretoria;

3.1.2.2.5. Prestação de informações acerca das questões relevantes ao Conselho de Administração, assim como de documentos e pareceres;

3.1.2.2.6. Conhecimento e cumprimento de recomendações do Conselho Fiscal e auditorias.

3.2. Despesas Pessoal Celetista

3.2.1. Remuneração

As despesas com contratações de celetistas efetivadas no decorrer do exercício de 2024 resultaram no aumento da folha de pagamento da Companhia de um percentual em torno de 89%, quando comparados os valores brutos totais da folha de celetistas para os exercícios de 2023, posto que em 2024 o número médio de empregados foi bastante superior ao de 2023.

Outro elemento que contribuiu também para o aumento de despesas com pessoal celetista, além da contratação de coordenadores, foi o aumento determinado em convenção coletiva, estabelecendo reajuste salarial de R\$ 710,08 para os cargos de Coordenador, de Assistente e de Assessor de Diretoria, aplicáveis a partir da data-base, qual seja, o mês de agosto.

3.2.2. Quadro

Cargo	Aprovado	Preenchido	Vago
Assistente	11	8	3
Assessor de Diretoria	10	7	3
Coordenadores	4	4	0

3.3. Transparência

A Companhia declara que publica mensalmente, em atendimento à legislação de acesso à informação, as remunerações de todos os seus colaboradores no Portal da Transparência do Estado de São Paulo (transparencia.sp.gov.br).

Relato Integrado 2024 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP (apresentado como apêndice ao Relatório da Administração)

1. GOVERNANÇA

2. ESTRATÉGIA

3. GERAÇÃO DE VALOR E DESEMPENHO

4. PERSPECTIVAS

Este Relatório Integrado, em atendimento à Lei federal nº 13.303/2016, subscrito pelos membros da Diretoria da Companhia Paulista de Parcerias (Companhia ou CPP), é um relato conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto do seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazo. Está apresentado como um apêndice ao Relatório da Administração porque faz referências àquele relatório.

Os temas aqui incluídos atendem o requerido legalmente pela Orientação Técnica CPC 09, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e pela Resolução CVM Nº 14, de 09/12/2020.

1. GOVERNANÇA

A CPP é uma sociedade por ações constituída em 2004, controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos. A organização estatutária da Companhia compreende o Conselho de Administração, órgão colegiado responsável pela orientação estratégica da Companhia, a Diretoria assegura o funcionamento da CPP de acordo com os objetivos traçados pelo Conselho. A estrutura também contém Conselho Fiscal e os Comitês de Ética e de Elegibilidade.

A atual estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazo, ainda que conduzida numa estrutura enxuta, que atualmente conta com 19 (dezenove) empregados. Durante 2024 seus objetivos institucionais foram cumpridos na medida em que a Companhia desenvolveu trabalhos para os quais sua lei de criação assim determinou, quais sejam: Serviços especializados de avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura e Prestação de garantias, ambos citados no item 1 do Relatório da Administração do ano de 2024.

2. ESTRATÉGIA E MODELO DE NEGÓCIOS

Atualmente a CPP pauta sua estratégia e modelo de negócio ao proporcionar um amplo conjunto de possibilidades operacionais, os quais incluem:

2.1. Contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem;

2.2. Participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas);

2.3. Facilitação de projetos; e

2.4. Diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração.

3. GERAÇÃO DE VALOR E DESEMPENHO

Desde a sua criação em 2004, a Companhia vem atingindo seus objetivos com base nas estratégias vinculadas ao seu objeto social, agregando valor às políticas públicas do Estado de São Paulo, seu acionista controlador, proporcionando ao Estado o apoio ao Programa de Parcerias Público-Privadas assim como o apoio em operações financeiras de interesse da Administração. Ao longo dos anos a atuação da companhia viabilizou projetos nas mais diversas áreas.

O desempenho financeiro da companhia é devidamente atestado nas suas Demonstrações Financeiras (lucros auferidos) e pela sua posição financeira, suficiente para o custeio das suas atividades operacionais, para a preservação da sua capacidade de prestação de serviços voltados à estruturação dos projetos integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP, assim como prestação de garantias financeiras ao Estado de São Paulo nos contratos de concessões públicas e, também, para remunerar seu acionista.

continua -★



* continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Relatório da Administração 2024 - Companhia Paulista de Parcerias - CPP

Importante destacar também que, em função da Companhia ser uma organização pertencente ao setor público, deve-se considerar, em primeiro plano, a consecução do interesse público pela Companhia, com o pleno atendimento à política pública de apoio às Parcerias Públicas-Privadas, e em segundo plano, mas não menos importante, a geração de resultados propriamente ditos (lucros auferidos pela Companhia).

4. PERSPECTIVAS

A CPP concentra seus esforços na garantia da segurança jurídica e na estabilidade dos projetos sob sua responsabilidade, assegurando que os

investimentos já planejados avancem com eficiência e transparência. Nesse período, a prioridade é aprimorar os processos internos, fortalecer sua estrutura operacional e oferecer suporte técnico ao Estado de São Paulo para viabilizar novos projetos dentro do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Em um horizonte de médio prazo, a CPP visa expandir sua atuação, ampliando a carteira de projetos e aprimorando seus mecanismos de modelagem e garantia, de modo a impulsionar a atração de investimentos para o Estado de São Paulo. A adoção de novas ferramentas tecnológicas

e a modernização dos processos administrativos e financeiros contribuirão para aumentar a eficiência operacional e a sustentabilidade dos projetos apoiados.

Por fim, no longo prazo, a CPP busca consolidar-se como entidade referência na estruturação de projetos estratégicos de parcerias e concessões, contribuindo para um ambiente de negócios mais competitivo e para a construção de um legado de desenvolvimento econômico e social de longo alcance. Além disso, procura manter-se, ainda, como um instrumento permanente de garantias.

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R\$)					
Ativo	Notas Explicativas	31/12/2024		31/12/2023	
		R\$	R\$	R\$	R\$
Circulante		865.254.515	970.735.229		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	749.683.908	893.622.112		
Bancos		344	1.645		
Aplicações Financeiras		749.683.564	893.620.467		
Direitos Realizáveis		115.570.607	77.113.117		
Serviços Prestados a Receber	5	19.370.743	-		
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	3.698.766	15.821.632		
Adiantamento a Funcionários		5.295	6.408		
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	49.162.308	52.544.117		
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	8	43.175.707	8.630.928		
Outros Créditos		32	32		
Despesas Antecipadas		157.756	110.000		
Não Circulante		1.273.044.819	1.170.880.783		
Realizável a Longo Prazo		1.272.943.992	1.170.753.399		
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	6	394.572	4.938.896		
Depósitos Judiciais	9	3.463.977	3.204.204		
Fundo de Investimento em Garantia	10	1.269.085.443	1.162.610.299		
Imobilizado		11	20.289		
Investimentos		12	80.538		
Total do Ativo		2.138.299.334	2.141.616.012		
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores			3.470.373		
Contas a Pagar			136.025	150.826	
Obrigações Tributárias	13		4.063.337	1.121.271	
Obrigações Sociais e Trabalhistas			1.454.975	977.513	
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	14		135.692.620	135.923.732	
Provisões para Contingências Fiscais	9		454.031	419.984	
Patrimônio Líquido					
Capital Social			1.539.619.815	1.539.619.815	
Reserva Legal			118.079.803	109.142.700	
Reserva de Lucros			335.328.355	354.260.171	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			2.138.299.334	2.141.616.012	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R\$)

	Notas Explicativas	31/12/2024		31/12/2023	
		R\$	R\$	R\$	R\$
Receita Operacional Líquida	16	21.610.201	-		
Custo dos Serviços Prestados	16.1	(19.460.926)	-		
Lucro (Prejuízo) Bruto		2.149.275			
Honorários de administradores e salários	17	(3.570.902)	(4.500.378)		
Publicação Legal	18	(212.294)	(132.892)		
Serviços de terceiros	18	(440.782)	(500.840)		
Despesas Gerais e Administrativas		(98.639)	(65.968)		
Despesas Tributárias	19	(9.939.970)	(11.545.166)		
Depreciação		(2.407)	(319)		
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(12.115.719)	(16.745.563)		
Receitas financeiras		213.425.107	248.382.016		
Despesas Financeiras		(41.009)	(54.526)		
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		4.910	6.585		
Resultado Financeiro, líquido		20	213.389.008	248.334.075	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		201.273.289	231.588.512		
Imposto de Renda	21	(16.560.720)	(24.019.337)		
Contribuição Social sobre o Lucro	21	(5.970.499)	(8.655.601)		
Apuração de Tributos		(22.531.219)	(32.674.938)		
Lucro Líquido do Exercício		178.742.070	198.913.574		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		116,09	129,20		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R\$)

	2024		2023	
	R\$	R\$	R\$	R\$
Lucro Líquido do Exercício	178.742.070	198.913.574		
Resultado Abrangente do Exercício	178.742.070	198.913.574		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R\$)

Atividades Operacionais	Notas Explicativas	31/12/2024		31/12/2023	
		R\$	R\$	R\$	R\$
Lucro líquido do exercício		178.742.070	198.913.574		
Ajustes por:					
(Receitas)/Despesas financeiras de longo prazo (ref. Investimentos em garantia)	10.1	(125.062.256)	(93.340.875)		
(Receitas) financeiras de longo prazo (Recebíveis)	6	(26.171)	(474.498)		
Variação monetária ativa de depósitos judiciais		(259.773)	(286.906)		
Variação monetária passiva de contingências judiciais		34.048	37.604		
Depreciação	11	2.406	319		
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado		53.430.324	104.849.218		
(Aumento) Redução em Serviços Prestados a Receber		(19.370.743)	-		
(Aumento) Redução em Recebíveis	6	16.693.361	23.442.905		
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		1.113	1.017		
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos		3.381.809	(3.712.478)		
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas		(47.756)	40.000		
(Aumento) Redução em Contratos - Serviços em Andamento	8	(34.544.779)	(8.630.928)		
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	10.1	18.587.112	(377.292.626)		
Aumento (Redução) em Fornecedores		3.470.373	-		
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		(14.801)	(39.099)		
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		2.942.066	(682.286)		
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		477.462	548.408		
		(8.424.783)	(366.325.087)		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		45.005.541	(261.475.869)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos					
Aquisição de Imobilizado	11	(349)	(22.665)		
Baixa de Investimentos		24.500	-		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		24.151	(22.665)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos					
Integralização de Capital		-	30.000.000		
Pagamento de Dividendos	15	(188.967.896)	(169.456.870)		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamentos		(188.967.896)	(139.456.870)		
Aumento (Diminuição) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(143.938.204)	(400.955.404)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		893.622.112	1.294.577.516		
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		749.683.908	893.622.112		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

como uma redução no Patrimônio Líquido assim como os juros sobre capital próprio. i) Receita de contrato com cliente: A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação, a qual a Companhia espera receber pela transferência do serviço contratado ao cliente. j) Estruturação de projetos: A prestação de serviços de apoio técnico e consultoria relacionados com avaliação e estruturação de projetos de infraestrutura integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP tem sua receita reconhecida mediante a entrega dos "produtos" previstos nos termos de referência dos contratos, os quais têm a contraprestação definida por fases e produtos.

3.1 Pronunciamentos Novos ou Revisados Aplicados pela Primeira Vez em 2024: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Divulgações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A implementação do Pronunciamento Técnico, não afetou as informações já anteriormente divulgadas pela Companhia nas demonstrações contábeis, não havendo necessidade de divulgação de informações adicionais. A Companhia listou todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. **3.2 Normas Emitidas, mas Ainda não Vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão

continua ->

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais R\$)					
	Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Lucros	Total
		Capital Integralizado	Reserva Legal		
Saldos em 01 de Janeiro de 2023		1.509.619.815	99.197.021	345.555.026	1.954.371.862
Integralização de capital em dinheiro		30.000.000	-	-	30.000.000
Lucro líquido do período		-	-	198.913.574	198.913.574
Constituição de Reserva Legal		-	9.945.679	(9.945.679)	-
Distribuição de lucros de 2022		-	-	(44.339.018)	(44.339.018)
Destinações do resultado de 2023:					
Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício		-	-	(135.923.732)	(135.923.732)
Transferência para Reserva de Lucros		-	53.044.163	(53.044.163)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		1.539.619.815	109.142.700	354.260.171	2.003.022.686
Saldos em 01 de Janeiro de 2024		1.539.619.815	109.142.700	354.260.171	2.003.022.686
Lucro líquido do período		-	-	178.742.070	178.742.070
Constituição de Reserva Legal		-	8.937.103	(8.937.103)	-
Distribuição de lucros de 2023		-	(53.044.163)	-	(53.044.163)
Destinações na Forma de Juros s/ Capital Próprio:					
Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício	14,15	-	-	(135.692.620)	(135.692.620)
Transferência para Reserva de Lucros		-	34.112.347	(34.112.347)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		1.539.619.815	118.079.803	335.328.355	1.993.027.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional: A Companhia Paulista de Parcerias - CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei Federal nº 11.638/2007), pela Lei Federal 13.303/16 e Lei Estadual nº 11.688/04. A CPP foi criada como importante instrumento de suporte à viabilização de projetos de interesse do Estado de São Paulo, especialmente no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas. Para consecução de seus objetivos, a Lei facultou à CPP, no seu Artigo 15, um amplo conjunto de possibilidades operacionais, que incluem a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, a participação em operações financeiras (contraindo empréstimos, emitindo títulos, eventualmente participando do capital de outras empresas), a facilitação de projetos (especialmente por meio da prestação de garantias), bem como diferentes possibilidades de disponibilização de bens à Administração. Adicionalmente, a Lei Estadual nº 17.293 de 15/10/2020 autorizou o Poder Executivo a ceder à CPP, a título oneroso e não oneroso direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

2. Base para a Preparação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das S.A.s nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 7 de fevereiro de 2025, após revistas, discutidas e aprovadas pela diretoria da CPP. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações contábeis são apresentadas em unidades de Real (R\$), exceto quando especificado, sendo esta a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade mais próxima. c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos que podem divergir dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas utilizadas pela Administração no desenvolvimento de estimativas estão relacionadas à determinação do valor justo de determinados ativos e passivos financeiros em sua mensuração inicial pelo qual foram marcadas a valor de mercado. d) Demonstração do Resultado Abrangente: Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são: a) Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período. b) Instrumentos Financeiros: Apresentam as seguintes classificações em conformidade com o CPC 48: (i) ativos (ou passivos) financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, "VJR"; (ii) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, "VJORA" e; (iii) custo amortizado, no quadro a seguir:

Descrição	Classificação CPC 48	31/12/2024		31/12/2023	
		R\$	R\$	R\$	R\$
Ativos financeiros:					
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	749.683.908	893.622.112		
Serviços Prestados a Receber	VJ, Custo Amortizado	19.370.743	-		
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	4.093.338	20.760.528		
Fundo de Investimentos em Garantia	VJR	1.269.085.443	1.162.610.299		
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	Custo Amortizado	43.841.399	8.630.928		
Investimentos	Amortizado, VJORA	80.538	105.038		
Total		2.086.155.369	2.085.728.905		



- * continuação

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado)

descrições a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários

das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	344	1.645
Aplicações Financeiras	749.683.564	893.620.467
CPP Projetos	710.636.903	848.809.008
BB CDB/RDB (Depósitos a Prazo)	39.046.661	44.811.459
Total	749.683.908	893.622.112

As cotas do fundo de investimento estão custodiadas no Banco do Brasil e são avaliadas com base no valor da cota informado pelo Administrador com rentabilidade média equivalente a aproximadamente 99% do CDI.

5. **Serviços Prestados a Receber:** Os créditos a receber foram constituídos por operações de prestação de serviços. Sua posição na data de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber por serviços prestados	19.370.743	-
Referem-se aos serviços prestados à Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), os quais estão descritos na Nota Explicativa nº 16, não havendo saldo em 31 de dezembro de 2023 porque os produtos contratados pela SPI somente passaram a ser entregues pela CPP durante o exercício de 2024.		

6. **Cessão Recebíveis - Desenvolve SP:** Em 25 de junho de 2021 foi firmado o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo (empresa que está sob o mesmo controle societário e, portanto, é Parte Relacionada), tendo por objeto a cessão e transferência onerosa, em caráter irrevogável e irratável, sem qualquer espécie de coobrigação, da totalidade dos Recebíveis, oriundos de Contratos de Financiamentos firmados com determinados Municípios do Estado de São Paulo. Todos os contratos objetos da cessão apresentam como garantia a possibilidade de execução da receita de cada município devedor, correspondente à cota-parte do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que é transferida regularmente pelo governo do Estado de São Paulo. A liquidação financeira ocorreu em 12 de julho de 2021 pelo valor de R\$ 78.824.614, apresentando a seguinte movimentação financeira em 31 de dezembro de 2024:

Carteira de Recebíveis	Saldo 31/12/2023	Recebimentos Financeiras	Receitas	Transferências Curto/Longo Prazo	Saldo 31/12/2024
Curto Prazo	15.821.632	(17.072.336)	378.975	4.570.495	3.698.766
Longo Prazo	4.938.896	-	26.171	(4.570.495)	394.572
Total da Carteira	20.760.528	(17.072.336)	405.146	-	4.093.338

Não estão descontados os encargos financeiros pro rata incidente sobre as parcelas vincendas no mês seguinte ao do fechamento do balanço, devido à imaterialidade destes valores.

7. **Impostos e Contribuições a Recuperar:** Os créditos de impostos e contribuições a recuperar estão assim distribuídos em 31 de dezembro de 2024, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL a restituir	20.470.596	14.146.377
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	132.667	-
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	11.096.946	19.877.313
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	16.673.389	17.865.551
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	787.005	653.171
Outros Valores a Recuperar	1.705	1.705
Total	49.162.308	52.544.117

8. **Gastos com Contratos - Serviços em Andamento:** A Companhia passou a prestar apoio na estruturação dos projetos previstos no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI-SP. Para cumprir as obrigações decorrentes desta determinação, a Companhia - até 31/12/2024 - se utilizou de recursos de prestadores de serviços externos assim como de pessoal próprio, a seguir descritos:

- Recursos de contratações externas

Contratações

Recursos de Contratações externas - execuções contratuais

Nome do projeto/Contratado	Data	Valor	Saldo em 31/12/2023	Gastos incorridos e baixas por faturamento					Saldo em 31/12/2024
				jan-set/24	Outubro	Novembro	Dezembro	(-) Faturamento 4º trim/24	
Contrato SPI 01/2023									
PPP Educação - Escolas/BID	14/07/2023	18.485.614	5.545.684	1.756.133	-	3.166.929	-	-	10.468.746
PPP Campos Eliseos/FIPE	01/06/2023	15.500.000	620.000	4.650.000	-	4.361.744	-	-	9.631.744
PPP Campos Eliseos/IAB/SP	01/02/2024	1.950.000	-	1.950.000	-	-	-	-	1.950.000
Serviços Públicos de Loterias/FIPE	01/06/2023	3.400.000	102.000	1.496.000	-	-	698.094	(2.296.094)	-
Túnel Santos-Guarujá/FIPE	07/12/2023	15.190.000	-	12.152.000	-	759.500	-	(12.911.500)	-
Estrada de Ferro - Campos do Jordão/FIPE	24/07/2023	12.976.315	-	2.485.785	1.730.090	699.625	772.652	-	5.688.152
Contrato SPI 09/2023									
Travessias Litorâneas/FIPE	05/12/2023	8.800.000	-	2.250.000	-	-	2.050.000	-	4.300.000
Serviços Hídricos-DAEE/BID	-	-	-	3.028.268	555.190	1.480.506	647.721	-	5.711.685
Parques/BNDES	07/06/2024	5.933.400	-	-	-	-	-	-	-
Desassoreamento/FUNDACE	03/05/2024	9.253.162	-	185.063	-	-	-	-	185.063
(+) Gastos ativados na execução de projetos:			6.267.684	29.953.249	2.285.280	10.468.304	4.168.467	(15.207.594)	37.935.390

Obs.: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas); IAB/SP (Instituto dos Arquitetos do Brasil); BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social); FUNDACE (Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia - FUNDACE)

- Recursos de contratações de pessoal próprio (celetistas):

Recursos de Contratações de pessoal próprio - execuções contratuais

Nome do projeto	Saldo em 31/12/2023	Gastos incorridos e baixas por faturamento					Saldo em 31/12/2024
		jan-set/24	Outubro	Novembro	Dezembro	(-) Faturamento 4º trim/24	
Gastos incorridos na execução contratual:							
Contrato SPI 01/2023							
Túnel Submerso Santos-Guarujá	477.080	207.339	80.079	79.936	82.136	(844.434)	82.136
PPP Educação - Adeg/Manut.Escolas	345.860	496.171	58.053	57.951	59.545	-	1.017.580
PPP Campos Eliseos	415.032	595.406	69.664	69.540	71.453	-	1.221.095
Conjunto Desportivo Constância Vaz Guimarães	-	144.901	37.932	37.864	38.906	-	259.603
Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ)	306.893	440.271	51.513	51.421	52.836	-	902.934
Serviços Públicos de Loterias	223.196	97.000	37.464	37.397	38.426	(395.057)	38.426
Apoio Técnico: Linhas de Mobilidade - Sistemas Trilhos	139.882	(50.190)	23.479	23.438	24.082	(136.608)	24.083
Apoio Técnico: Novos Lotes de Rodovias Estaduais	139.882	(50.190)	23.479	23.438	24.082	(136.608)	24.083
Apoio Técnico: Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE	41.504	(14.893)	6.966	6.954	7.145	(40.532)	7.144
Apoio Técnico: SABESP	139.882	(50.190)	23.479	23.438	24.082	(136.608)	24.083
Contrato SPI 09/2023							
Serviços Hídricos do DAEE	57.630	526.861	61.644	61.534	63.228	-	770.897
Travessias Litorâneas de Paraibuna e da EMAE	39.090	357.363	41.812	41.739	42.886	-	522.890
Programa de Parcerias para Gestão de Parques Urbanos	-	128.953	26.608	26.560	27.291	-	209.412
PPP de Operação e Manutenção de Unidades da Fundação Casa	-	-	-	46.863	48.151	-	95.014
Apoio Técnico: Programa de Parcerias para Habitação/Desenvolvimento Urbano	19.545	178.681	20.906	20.869	21.443	(240.001)	21.443
Apoio Técnico: Educação - Novas Escolas	17.768	162.436	19.006	18.972	19.494	(218.182)	19.494
(+) Gastos ativados na execução de projetos:	2.363.244	3.169.919	582.084	627.914	645.186	(2.148.030)	5.240.317

Os valores acima identificados como "Execução contratual" representam a parcela da execução contratual ocorrida a partir: (i) das contratações externas feitas pela Companhia e, (ii) das contratações de pessoal próprio da Companhia, composta por salários e encargos, integrado ao saldo da rubrica "Gastos com contratos - Serviços em Andamento", com as alocações diretamente aos projetos acima identificados, deduzidos dos custos, quando incorridos por conta dos faturamentos emitidos.

- Total de Recursos aplicados nas contratações externas e de pessoal próprio (celetistas):

Recursos de Contratações externas e de pessoal para execução dos projetos de estruturação ativados	Saldo em 31/12/2023	Execução contratual (líquido)					Saldo em 31/12/2024
		jan-set/24	Julho	Agosto	Setembro	(-) Faturamento 4º trim/24	
Total de recursos de contratações externas	6.267.684	29.953.249	2.285.280	10.468.304	4.168.467	(15.207.594)	37.935.390
Total de recursos de contratações de pessoal próprio	2.363.244	3.169.919	582.084	627.914	645.186	(2.148.030)	5.240.317
Total geral - Custos de contratos em andamento	8.630.928	33.123.168	2.867.364	11.096.218	4.813.653	(17.355.624)	43.175.707

Os valores identificados na coluna "Execução contratual" do quadro acima representam os totais de recursos alocados pela Companhia (fornecedores externos e de pessoal próprio) na execução dos contratos firmados por esta junto à Secretaria de Parcerias em Investimentos (contratos "SPI 01/2023" e "SPI 09/2023"). Quando somados resultam em R\$ 43.175.707, e equivalem ao saldo total da rubrica "Gastos com Contratos - Serviços em Andamento" na data-base de 31/12/2024, líquido dos custos já efetivamente incorridos, apresentando uma variação total em relação ao saldo de 31/12/2023 equivalente a R\$ 34.544.779 (o custo incorrido durante o exercício de 2024 foi de R\$ 19.460.926).

9. **Depósitos Judiciais e Provisão para Contingências:** A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182 movida pela União referente aos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, acrescidos dos respectivos encargos, constituindo garantia mediante depósitos judiciais, realizados em 31 de maio de 2021 no valor total de R\$ 2.512.313, conforme relacionado abaixo:

Descrição	Valor - R\$
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842
Total constituído de Depósitos Judiciais	2.512.313
Atualização monetária	951.664
Saldo Atualizado em 31/12/2024	3.463.977

Os tributos exigidos pelo fisco federal têm origem em compensações não homologadas de crédito proveniente de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2009, sendo que, no enfrentamento desta questão a Companhia propôs ação judicial anulatória de créditos tributários visando comprovar que os respectivos tributos já foram quitados. Os assessores jurídicos da Companhia entendem ser possível a chance de perda da Companhia na respectiva ação judicial em relação aos tributos CSLL e IRPJ. No entanto, classificam como provável a perda quanto aos tributos PIS e COFINS, razão pela qual foi constituída em 2021, a referida estimativa de perda provável, em Provisão para Contingências Fiscais, que em 31 de dezembro de 2024 perfaz o valor total atualizado de R\$ 454.031.

10. **Garantias Prestadas:** Em conformidade às disposições estatutárias, as quais mencionam que a Companhia poderá prestar garantias reais e fidejussórias, segue demonstração das garantias constituídas: **10.1 Fundos de Investimento em Garantia - Garantias já constituídas:** No período compreendido entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, dois fundos de investimento apresentaram movimentação financeira relacionada a garantias dadas pela CPP para operações do Estado de São Paulo. A demonstração desta movimentação está apresentada no quadro abaixo:

Movimentação das garantias aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo e outras operações

Recursos vinculados a garantias de contratos de PPP e outras operações	Refé-	Saldo inicial em 31/12/2023	Novas garantias empenhadas/ (liberadas)	Imposto de Renda Fonte	Saldo final em 31/12/2024
Fundo CPP Projetos:					
PPP Linha 6	10.1.1	462.500.477	-	49.654.620 (7.366.664)	504.788.433
PPP Habitação Lote 1	10.1.2	70.807.235	-	7.601.951 (1.127.810)	77.281.376
Contrato Hospital					
São José dos Campos	10.1.3	42.217.527	-	4.532.526 (672.437)	46.077.616
Contrato Hospital Sorocaba	10.1.4	51.595.851	-	5.539.394 (821.813)	56.313.432
Contrato Hospital					
Pérola Byington	10.1.5	60.185.707	-	6.461.611 (958.632)	65.688.686
PPP da RMBS - Ônibus + VLT	10.1.6	24.601.580	-	2.641.256 (391.852)	26.850.984
Contrato Rodoanel (Norte)	10.1.7	377.599.764	-	40.539.575 (6.014.373)	412.124.966
		1.089.508.141	-	116.970.933 (17.353.581)	1.189.125.493
Fundo BB RF CPP LP FIC					
Contrato BNDES	10.1.8	73.102.158	-	8.091.323 (1.233.531)	79.959.950
Total de recursos vinculados		1.162.610.299	-	125.062.256 (18.587.112)	1.269.085.443
			Garantias	Imposto de Renda fonte	Soma
			-	18.587.112	18.587.112

O primeiro fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras operações do Estado de São Paulo. O valor total do fundo, já segregado e contabilizado na rubrica dos investimentos dados em garantia, corresponde a R\$ 1.189.125.493 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.089.508.141 em 31 de dezembro de 2023), tendo sido realizadas formalmente desde então as seguintes segregações: (10.1.1) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** - Laranja do Metrô de São Paulo, do Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013 de dezembro de 2013 da secretaria dos Transportes Metropolitanos. (10.1.2) Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o